

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DARCIANE ZANOTTO BROLLO

**AS TRAMAS DA DESIGUALDADE SEXUAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E NO SERVIÇO SOCIAL: DESVENDANDO MARCAS DO PASSADO NO
PRESENTE**

CAXIAS DO SUL

2023

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DARCIANE ZANOTTO BROLLO

**AS TRAMAS DA DESIGUALDADE SEXUAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL E NO SERVIÇO SOCIAL: DESVENDANDO MARCAS DO PASSADO NO
PRESENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social, do Curso de Serviço
Social, da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Profa. Ma. Laís Duarte Corrêa.

CAXIAS DO SUL

2023

ATA DE ARGUIÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SERVIÇO SOCIAL

Ao dia 6 do mês de dezembro de 2023, reuniu-se às 13h00min, no bloco E, sala 116, do Campus sede da Universidade de Caxias do Sul, a Comissão Examinadora, indicada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social desta Universidade, integrada pelos seguintes membros: Prof.^a Ma. Laís Duarte Corrêa; Prof.^a Dra. Ana Maria Paim Camardelo; Prof.^a Ma. Elizabete Bertele para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Darciane Zanotto Brollo, intitulado “**AS TRAMAS DA DESIGUALDADE SEXUAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NO SERVIÇO SOCIAL: DESVENDANDO MARCAS DO PASSADO NO PRESENTE**”, tendo por palavras-chave: Serviço Social. Assistência Social. Desigualdade Sexual. Mulheres. Este trabalho foi orientado pela professora Ma. Laís Duarte Corrêa, tendo sido previamente entregue à Comissão Examinadora e avaliado de acordo com os critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso estabelecidos pelo Curso de Serviço Social, recebendo as seguintes notas:

(a) Nota do Desempenho do aluno no processo de orientação e construção do TCC

(peso de 20 pontos): _____

(b) Nota do Trabalho Escrito (peso de 60 pontos): _____

(c) Nota da Apresentação Oral e Arguição (peso de 20 pontos): _____

Nota Final (a) + (b) + (c) = _____ transformada no código _____, conforme Regimento Interno da UCS.

Comissão Examinadora:

Aluna:

Prof.a. Dra. Ana Maria Paim Camardelo

Darciane Zanotto Brollo

Prof.a. Ma. Elizabete Bertele

Prof.a. Ma. Laís Duarte Corrêa (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A caminhada até o presente momento foi extensa, e contou com a participação de pessoas importantes que trilharam o caminho ao meu lado, assim, tornaram possível chegar neste momento, na realização de um sonho. Aqui, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram com a minha caminhada neste processo de formação acadêmica.

Nesta caminhada, junto aos demais caminhos que trilhamos em nossas vidas, a formação ocupou por muitas vezes o espaço central na rotina e na vida, simbolizando a concretização de um sonho e exigindo dedicação e comprometimento, agora, reflete-se em um misto de fortes emoções.

Primeiramente, dedico aqui os meus mais sinceros agradecimentos aos meus pais, seu Darcy e dona Lourdes, que fizeram da sua maneira a minha base e força para correr atrás do que acredito estar certo, sendo minha motivação para superar os medos e aconchego para os maus momentos, simbolizando amor, parceria e fé. À minha irmã Analice, que não mede esforços para me ajudar nesse caminho, assim como em todos os caminhos, sendo meu exemplo de luta e dedicação. Obrigada por serem vocês. Também ao meu cunhado, Marcos, que sempre foi família, na boa e na ruim.

Agradeço ao meu amor, Edi, meu companheiro diário de vida, que se fez presente em todas as fases desse processo, me acolhendo com carinho, respeito, amor e principalmente paciência em meio aos surtos acadêmicos, me fazendo sempre acreditar em mim e nas coisas boas da vida, aprendi a ser melhor contigo.

Agradeço em especial às importantes referências que atravessaram a minha formação acadêmica, as ilustres e simbólicas professoras do curso: Ana, Bete, Heloísa, Evelise, Rosane, Vânia, e Laís, minha orientadora, à quem chegou no finalzinho e muito fez-se presente nessa importante reta final da formação, foi afeto, coragem e caminho a se seguir. Obrigada por compartilharem seus conhecimentos de maneira tão grandiosa e sempre com os olhos brilhando, vocês são sinônimo de coragem, resistência e amor para enfrentar os desafios que rodeiam a profissão, vocês foram essenciais na minha caminhada, e são exemplos de grandes profissionais formadores e assistentes sociais empenhadas com o Serviço Social.

Obrigada às colegas que o Serviço Social me apresentou, em especial à Luana, num misto de dividir os mesmos neurônios que eu, foi acolhimento, luz e companheirismo nesse caminho, conseguindo sempre arrancar os melhores sorrisos e as melhores provocações críticas das situações.

Agradeço aos meus amigos, que me apoiaram nessa jornada, em especial aos que de fato mantiveram-se ao meu lado, me incentivando e compreendendo meus desafios e minhas lutas, que mesmo de longe se fazem presentes, e não julgam minhas escolhas.

Um agradecimento especial à minha supervisora de Estágio Obrigatório, Roberta, foi uma honra ter vivenciado esse processo tão importante ao seu lado, você me inspirou, e mesmo em meio a um caos, mostrou-me a sua coragem e seus conhecimentos na luta pela garantia do que enquanto profissão acreditamos, me dando forças e incentivo para seguir o caminho com determinação, você é exemplo de profissional, que luta sem cessar pelo que acredita. Obrigada por tanto!

Gratidão a todas as mulheres que lutam e resistem às imposições construídas de objetificar e diminuir quem somos. Nós somos força e resistência nas mais variadas expressões. Que sigamos firmes, de acordo com as palavras da música *Triste, Louca ou Má* da cantora Ju Strassacapa, onde destaca que “*Um homem não me define, minha casa não me define, minha carne não me define, eu sou meu próprio lar*”, somos o bem mais precioso de nossas vidas, e por isso, coragem e compaixão para nós, mulheres de luta!

*“Ao meu passado,
eu devo o meu saber e a minha
ignorância,
as minhas necessidades,
as minhas relações,
a minha cultura e o meu corpo.
Que espaço o meu passado deixa
para a minha liberdade hoje?
Não sou escrava dele.”*
Simone de Beauvoir

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como temática: a relação entre o Serviço Social, a Política Pública de Assistência Social e a desigualdade sexual, e parte do problema de pesquisa: qual a relação entre o Serviço Social, a Política Pública de Assistência Social e a desigualdade sexual?; Este problema se desdobra nas seguintes questões norteadoras: a) Como se origina a desigualdade sexual?; b) De que formas a desigualdade sexual se apresenta na Política de Assistência Social?; e, c) De que formas a desigualdade sexual se apresenta no Serviço Social inserido na Política de Assistência Social?. A pesquisa fundamentou-se no método dialético crítico de orientação marxiana, utilizando-se das seguintes categorias analíticas: totalidade, contradição, mediação e historicidade. Trata-se de pesquisa qualitativa, utilizando-se de revisão bibliográfica e documental. Como principais resultados destaca-se a prevalência de mulheres na categoria profissional (92,92%), e nas áreas relacionadas à política pública de assistência social, tanto como profissionais, quanto como usuárias. Trata-se de uma política, com dificuldades históricas de reconhecimento como tal, permanecendo o estigma de “prima pobre” da seguridade social. Dentre as profissionais inseridas nesta política, evidencia-se a prevalência de assistentes sociais. Nesse sentido, também identificou-se que o Serviço Social, como uma profissão historicamente feminina, ainda apresenta esta característica no presente, sendo subalternizado em relação a outras áreas. O Serviço Social, tradicionalmente demandado a intervir na política de assistência social, tem nesta a maior concentração de inserção profissional na atualidade (49,79%). Contudo, pelas características de subalternidade presentificadas tanto na assistência social quanto no Serviço Social, as profissionais vivenciam desigualdades salariais, desprestígio técnico, assim como convivem com poucos recursos para a materialização deste direito nos serviços, programas e projetos nos quais se inserem. Para tanto, é preciso que essa realidade seja evidenciada e debatida no sentido de possibilitar discussões e articulações coletivas, entre profissionais e usuárias, para a superação destas desigualdades.

Palavras-Chave: Serviço Social; assistência social; desigualdade sexual; mulheres.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Linha do tempo da Evolução da Assistência Social como uma política de direitos.....	35
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil e no Rio Grande do Sul.....	49
Tabela 2. Campo de atuação dos profissionais assistentes sociais no Tripé da Seguridade Social no Rio Grande do Sul.....	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LGBQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais e Pansexuais e outros grupos;
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PEP	Projeto Ético-Político
RS	Rio Grande do Sul
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCS	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O SISTEMA PATRIARCAL: AS ORIGENS DA DESIGUALDADE SEXUAL	17
2.1 CONCEITUANDO E SITUANDO O PATRIARCADO: BREVES CONSIDERAÇÕES	17
2.2 O PATRIARCADO NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA	23
3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SEXUAL	29
3.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	29
4. O SERVIÇO SOCIAL PERCORRENDO AS TRILHAS DA ASSISTÊNCIA E DA DESIGUALDADE SEXUAL NO BRASIL	40
4.1 A GÊNESE E O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	41
4.2 NOTAS REFLEXIVAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL, A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A DESIGUALDADE SEXUAL	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	61

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se configura como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Conforme as Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), o TCC se caracteriza como um requisito obrigatório para a conquista de diploma do curso bacharel em Serviço Social, tratando-se de uma síntese resultante de todo um processo de formação e experiências vivenciadas durante a graduação.

Em suma, o TCC “é o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso.” (ABEPSS, 1996, p. 19)

Nesse sentido, a temática delimitada trata-se da relação entre a o Serviço Social, a Política de Assistência Social e a desigualdade sexual, cuja motivação resulta das experiências vivenciadas durante a realização dos níveis I, II e III do Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado em um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, equipamento público da Política de Assistência Social, com supervisão acadêmica e de campo realizada por profissionais assistentes sociais mulheres, onde foi possível visualizar um perfil predominantemente feminino de usuárias nos atendimentos realizados e também na equipe de referência.

Esta percepção desencadeou incômodos e indagações a partir da visualização das desigualdades vivenciadas tanto pela assistente social como mulher, quanto pelas usuárias da Política de Assistência Social, evidenciando, assim, desigualdade sofridas por milhares de mulheres na sociedade, com ênfase aqui, à aquelas referenciadas ao Serviço Social e à Política de Assistência Social.

Dessa maneira, a razão para escolha da presente temática também perpassa as vivências da estudante como mulher, trabalhadora, filha, irmã, namorada, esposa, e as diferentes manifestações de desigualdade sexual. A realização de uma análise sobre esse tema se mostra necessária para evidenciar como se moldou essa realidade que hoje permanece sendo experienciada na sociedade, e de forma mais aprofundada pelas mulheres, trabalhadoras e sobreviventes das mais diversas expressões das desigualdades cotidianas e concretas na vida social e profissional. Não com o objetivo de esgotar essa discussão, mas sim, considerar alguns

elementos que possam vir a contribuir com a reflexão desse processo desigual imposto às mulheres.

Com base nisso, como forma de delimitar e guiar a pesquisa, a presente monografia partiu do seguinte problema de pesquisa: Como se dá a relação entre o Serviço Social, a Política de Assistência Social e a desigualdade sexual? A partir da delimitação do tema, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: a) Como se origina a desigualdade sexual?; b) De que formas a desigualdade sexual se apresenta na Política de Assistência Social?; e, c) De que formas a desigualdade sexual se apresenta no Serviço Social inserido na Política de Assistência Social?

Sendo assim, definiu-se como objetivo geral: analisar a relação entre o Serviço Social, a Política de Assistência Social e a desigualdade sexual no contexto brasileiro, visando compreender como tais elementos dialogam entre si e se apresentam na realidade social e profissional. Objetiva-se assim, analisar os fatores que interligam a profissão, com a área de atuação, frente às desigualdades sexuais, visto que, os processos que perpassam a construção do Serviço Social e da Assistência Social não podem ser analisados separados, pois estão inseridos em um mesmo modo de produção capitalista, que perpassa e influencia as relações sociais de sexo, como também são moldadas pelo mesmo.

A partir do objetivo geral, foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar a origem da desigualdade sexual; b) Compreender como a desigualdade sexual se apresenta na Política de Assistência Social?; e, c) Refletir sobre as formas com que a desigualdade sexual se apresenta no Serviço Social inserido na Política de Assistência Social?

Para responder ao problema de pesquisa aqui proposto, a análise fundamentou-se de acordo com o método dialético crítico de orientação marxiana, método este que possibilita apreender a realidade a partir da contradição com base nas determinações históricas, políticas, econômicas e sociais. Conforme Konder destaca acerca da dialética: “ é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (2008, p.8/9).

A partir do método dialético crítico que proporciona a realização de uma análise crítica da realidade, esta que está em constante transformação, contornada pelas múltiplas expressões da questão social postas de acordo com as expressões do modo de produção capitalista. Partiu-se deste método para interpretar os processos históricos de maneira crítica, a fim de subsidiar a discussão acerca das contradições vivenciadas na atualidade pelas mulheres, assim como, propiciar reflexões e estratégias que possibilitem a superação de tais desigualdades. Assim,

destacam-se quatro das categorias fundamentais para análise do tema em questão: totalidade, contradição, mediação e historicidade.

A categoria *totalidade* parte da ideia que existe uma interconexão entre os fenômenos sociais, isso quer dizer que, implica em uma relação entre as partes de um fato ou objeto estabelecido em uma relação entre si e com o todo, reconhecer o universal no particular e o particular no universal. “A totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem.” (Konder, 2008, p. 36).

Conforme Konder (2008), “para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão do conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro.” (p. 35). Sendo assim, a categoria *totalidade* relaciona-se com as expressões da desigualdade sexual na sociedade, esta desigualdade fruto dos processos históricos que permearam as relações sociais, não podem ser analisadas somente na particularidade exclusiva da ação, mas analisando os fluxos que permitiram tal construção social refletir no papel da mulher na sociedade como um todo.

Sendo assim, não basta analisar os dados sobre os baixos salários recebidos pelas mulheres, os índices da fome, das violências e violações sofridas pelo que é considerado feminino, e nem da predominância feminina do perfil profissional de maneira isolada, pois somente os números não expressam a totalidade do assunto. “Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral.” (Konder, 2008, p. 35).

É necessário, portanto, analisar todo o contexto histórico, social, cultural, e econômico das relações que evidenciam a apresentação destes números e destas realidades impactadas pela violação dos direitos das mulheres, assim, devem ser levados em conta todo o conjunto dos fatores que perpassam a realidade, e “nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere.” (Konder, 2008, p. 35), tratando-se, portanto, de uma totalização provisória.

A categoria *contradição*, está presente no centro das relações humanas, apresenta a realidade em suas diversas determinações, contrárias e inacabadas, que estão em movimento permanente de afirmação e negação da realidade, que é necessário do oposto para que possa existir.

Conforme afirma Konder (2008):

As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Em tais unidades, a contradição é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio

básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar. (KONDER, 2008, p. 47).

Esta categoria está fundamentalmente atrelada ao tema principal deste trabalho, isto pois, a *contradição* permeia a relação dialética que pretende-se evidenciar, dito isso, destaca-se o Serviço Social enquanto uma profissão contraditória inserida num espaço contraditório de atuação.

Enquanto profissionais assistentes sociais, locados com prevalência nas políticas públicas, têm o objetivo de viabilizar a garantia dos direitos sociais para a população, ao mesmo tempo em que são trabalhadoras do Estado, inseridas no modo de produção capitalista, consequentemente viabilizam também a manutenção dos meios de exploração, contraditoriamente servindo para os interesses do capital. É a partir da contradição, no entanto, que entende-se a possibilidade de superação da realidade, ou seja, a construção de outra sociedade mais justa e igualitária.

A categoria *mediação* é de extrema importância também para o presente trabalho, ela deve ser ao mesmo tempo referente ao real e ao pensamento, pois busca entender os fenômenos nas suas manifestações com outros fenômenos, tornando-se guia de ações, pois abre espaço para a concretização das teorias.

Segundo Martinelli, as mediações também são caracterizadas como categorias instrumentais, através das quais se operacionaliza a ação profissional, onde a partir disso a ação profissional ganha concretude, pois são esferas de passagem, e vias de aproximação com o real, que são expressas através do uso de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias (1994, p.136-137).

A partir disso, esta categoria implica nos meios para obtenção dos objetivos. Frente ao presente trabalho de conclusão de curso utilizou-se os seguintes meios: a pesquisa bibliográfica, no que compete ao levantamento e revisão de obras que foram publicadas, com a devida dedicação, estudo e análise (Sousa *et al.*, 2021), Já a pesquisa documental, baseada na análise e na utilização de fontes consideradas primárias, ou seja, informações e materiais que não foram abordados cientificamente, referentes ao tema em questão, tais como algumas legislações referentes à política de assistência social e ao Serviço Social.

Por fim, a categoria *historicidade*, que tem a história como fundamento para o desvendamento da realidade social, reconhecendo que tudo é processual, destacando a importância da articulação entre a historicidade e a totalidade. Conforme Konder destaca: “Exatamente porque o movimento da história é marcado por superações dialéticas, em todas as

grandes mudanças há uma negação, mas, ao mesmo tempo, uma preservação (e uma elevação em nível superior) daquilo que tinha sido estabelecido antes.” (2008, p. 52).

Sendo assim, entende-se a dialética parte importante da historicidade, pois parte do presente e volta ao passado, assim o problematizando e após o retoma ao presente, para que possa ser superado, sempre visualizando suas contradições e refletindo de forma crítica os processos apreendidos pelo caminho. A compreensão acerca da historicidade é de suma importância para aproximar a realidade a partir do passado e analisá-la de acordo com os objetivos propostos.

Desse modo, objetivou-se no presente trabalho realizar o resgate histórico dos processos de construção do Serviço Social, da Política de Assistência Social e das desigualdades sexuais desde sua gênese, para que a partir daí possa ser realizada uma análise crítica dos eventos que se relacionam, com ênfase ao papel da mulher nesse contexto, evidenciando também a construção do sistema patriarcal e racista que atravessa a profissão e a área de atuação, apresentando consequências ainda na atualidade.

Diante do exposto, acrescenta-se que este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa, definida da seguinte maneira:

a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (Godoy, 1995, p. 58).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa objetivou compreender os fenômenos através das complexidades do tema em questão, a partir da pesquisa sobre os termos “História da Assistência Social”, “História do Serviço Social”, “Desigualdade Sexual”, “Desigualdade de Gênero”, “Patriarcado”, “Feminização da Política”. Como já referido, realizou-se a revisão bibliográfica dos materiais relativos à temática na área de Serviço Social, utilizando também os dados secundários, que são informações existentes em órgãos governamentais, entidades de classe, de pesquisas, etc. (Deslandes, 2002).

Deste modo, para fins de organização, o presente Trabalho de Conclusão de Curso, foi estruturado em três capítulos de desenvolvimento. No primeiro capítulo, intitulado *O SISTEMA PATRIARCAL: AS ORIGENS DA DESIGUALDADE SEXUAL*, apresenta breves considerações sobre o conceito de patriarcado e sua materialização histórica, após, situa-o no contexto Brasil, abordando os processos relativos da consolidação de tal sistema, evidenciando a relação entre

classe, sexo, raça/etnia da particularidade brasileira, e por último, apresentando alguns dados que refletem as desigualdades sexuais sofridas pelas mulheres.

No segundo capítulo, intitulado *A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SEXUAL*, destacam-se os processos históricos brasileiros da assistência social no âmbito das políticas públicas, evidenciando a construção do papel da mulher relacionada à assistência, assim como apresenta-se neste capítulo também o caráter subalterno da Política de Assistência Social e os fatores que a caracterizam com tal denominação, mas sem deixar de apresentar os importantes marcos de sua consolidação através das lutas.

Já no terceiro capítulo, denominado *O SERVIÇO SOCIAL PERCORRENDO AS TRILHAS DA ASSISTÊNCIA E DA DESIGUALDADE SEXUAL NO BRASIL*, contextualiza-se acerca dos aspectos históricos do Serviço Social, relacionado intrinsecamente à presença majoritária de mulheres desde a gênese da profissão, vinculada ao pensamento conservador originada da Igreja Católica, e seu entrelaçamento com a política de assistência social. Após esse resgate histórico, apresenta-se algumas reflexões acerca da relação entre o Serviço Social, a Política de Assistência Social e a desigualdade sexual, a partir dos dados que foram levantados ao longo do texto, evidenciando os aspectos que interligam essa relação acentuada entre perfil, profissão e área de atuação. Por fim, apresenta-se as *Considerações Finais*, que sintetizam os principais achados da pesquisa em questão.

2. O SISTEMA PATRIARCAL: AS ORIGENS DA DESIGUALDADE SEXUAL

*“Triste, louca ou má
Será qualificada ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família cuida, cuida da rotina”
Ju Strassacapa*

O presente capítulo objetiva apresentar uma breve concepção acerca do patriarcado, com vistas a evidenciar como se originam as desigualdades sexuais produzidas e reproduzidas na sociedade. Para tanto, no subitem 2.1, serão apresentadas as origens do patriarcado, suas principais características, conceito, e as relações sociais concretas que dão base à sua estruturação.

Além disso, no item 2.2, busca-se apresentar como o patriarcado se constitui na particularidade brasileira, juntamente com o processo de instauração do racismo em um país em que vigorou durante tanto tempo o escravismo, revelando a relação indissociável entre classe, raça e sexo, movimento este que não pode ser dissociado da formação sócio-histórica brasileira. Ainda, pretende-se evidenciar com dados atuais as consequências desse processo histórico alicerçado no patriarcado e no escravismo, cujas marcas ainda se presentificam nas relações sociais.

2.1 CONCEITUANDO E SITUANDO O PATRIARCADO: BREVES CONSIDERAÇÕES

O patriarcado, “[...] como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.” (Saffioti, 2015, p. 47). Segundo Delphy (apud Cisne e Santos, 2018, p.43), a palavra patriarcado “vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arke (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. Em outras palavras, isso significa que a autoridade, o poder, o mando, a dominação é do homem em detrimento das mulheres que são subjugadas, dominadas, subalternizadas, oprimidas e violentadas.

O patriarcado se constitui no “mais antigo dos sistemas de dominação-exploração” (Saffioti, 1987, p. 1). Para situá-lo historicamente, Saffioti destaca que:

[...] o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C. e só se

consolidou no ano 600 a.C. A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos.” (Saffioti, 2015, p. 63).

Considerando o exposto, a autora complementa que considera jovem o patriarcado relacionando sua idade com a idade da humanidade, porém, são inegáveis e inevitáveis os seus impactos nas relações sociais devido a sua consolidação na história. Destaca-se que no início de sua história, o sistema patriarcal não tinha as mesmas estruturas rígidas de como é no presente, as mulheres e os homens tinham os mesmos papéis nas comunidades primitivas.

Nesta mesma perspectiva, Cisne e Santos (2018, p.45) afirmam que “o patriarcado não surgiu espontaneamente no mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica”, ou seja, o patriarcado é socialmente determinado a partir de relações concretas, e, neste sentido, não resulta de um processo natural e, nem tampouco isolado.

As autoras situam que na sociedade primitiva todas(os) compartilhavam do cuidado e da alimentação dos membros de suas famílias, e que a transição para a sociedade de classes, calcada na violência e na exploração, foi que alterou de forma decisiva o modelo de família, antes comunal, para o modelo monogâmico ou nuclear heterossexual, que "que coroam a construção de um modelo de família com base no patriarcado” (Cisne; Santos, 2018, p.58), substituindo a perspectiva coletiva e igualitária pela lógica privada e individualista.

Até a sociedade primitiva, as mulheres tinham importantes papéis na distribuição das tarefas para sobrevivência do grupo, porém é com a passagem desta para a sociedade de classes que as atividades de dominação masculina começam a se intensificar. Este momento é marcado pelo advento do casamento, como forma de perpetuar a “divisão desigual de tarefas e poder entre homens e mulheres, garantido a propriedade privada e sua perpetuação de uma geração a outra, por meio da herança” (Cisne; Santos, 2018, p.58), ou seja, “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. (Engels, 1997, p. 70).

Neste modelo de família monogâmica ou nuclear heterossexual, predomina o controle e a dominação do homem sobre as mulheres e crianças, destacando-se a relação de marido acima da figura do pai, sem descartar e, muito menos invisibilizar tal poder de dominação paterno. Acrescenta-se que tais aspectos coexistem com a institucionalização do casamento, o qual refere-se aos direitos sexuais dos homens para com as mulheres, conforme Saffioti destaca “a figura forte é a do marido, pois é ela que o contrato sexual dá à luz.” (2015, p. 59)

Sendo assim, a partir disso a liberdade sexual da mulher passa a ser controlada dentro do casamento pelos seus maridos, sendo regida essa relação pelo medo, culpa e vergonha. O

que antes era algo natural passa a ser considerado algo negativo, de submissão da mulher, voltada para a criação de herdeiros legítimos que possibilitam passar as propriedades de geração para geração, quaisquer atos que não resultassem em herdeiros, tais como em relações homoafetivas, eram condenadas e não aceitas pelo modelo patriarcal. (Cisne; Santos, 2018).

É no modelo de família patriarcal monogâmica que construíram uma idealização de valores da família como porto seguro, e é através desta lógica que tem fundamental função na criação das crianças, ao direcionar as ações para ensinamentos e doutrinas conservadoras, servindo como um intensificador da promoção do patriarcado como algo natural desde a infância, sendo este de grande importância para o Estado, pois consiste em um fundamento essencial para a reprodução da dominação e opressão. (Cisne; Santos, 2018).

No entanto, a monogamia conta com uma certa particularidade: na medida em que serve de limitação das ações das mulheres para a exclusividade na relação com seus maridos, para os homens, contraditoriamente, esse fator não compreende e não limita as suas ações sobre elas e seus filhos, visto que existe uma construção social que foi socialmente naturalizada, que identifica o homem como um sujeito de desejos imensuráveis e incontroláveis (Cisne; Santos, 2018).

Isso não poderia ser diferente, considerando que no patriarcado, “[...] as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras.” (2015, p. 112). Logo, com a constituição da família monogâmica heterossexual, intensifica-se o incentivo à reprodução de uma massa trabalhadora focada na mão de obra para acumulação privada.

O casamento estabelece, portanto, relações de poder sexual dos homens sobre as mulheres, e se determina como um meio de controle social, ao restringir a autonomia das mulheres e incentivar a opressão, submissão e a violência dos homens sobre elas. Este contrato conjugal e conseqüentemente sexual apresenta a controversa realidade em que praticamente não conta com restrições e limitações dos atos dentro do casamento, reforçando a dominação do marido sobre o corpo e a vida da esposa. Na família, portanto, “o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (Engels, 1997, p. 80)

Assim, a partir disso é possível visualizar uma grande problemática, conforme Cisne e Santos destacam: “com essa idealização da família, o crescimento da violência no cotidiano é encoberto, dificultando, portanto, o seu necessário enfrentamento.” (2018, p. 60). Posto isso, observa-se que a família, por muitas vezes, serve como forma de ocultar os dados de violações sofridas por crianças, adolescentes e mulheres dentro dessa relação do núcleo familiar.

Ademais, é de suma importância dar destaque à exploração feminina frente aos cuidados domésticos com a casa, com a criação e cuidado das crianças assim como de todos integrantes da família, da garantia sexual de suprir com os desejos dos homens, desigualdade que se expande também para os espaços públicos, como exemplo, o mercado de trabalho assalariado, seguindo-se essa reprodução do capitalismo patriarcal no qual as mulheres acumulam duplas, triplas jornadas de trabalho precarizadas voltadas para atividades consideradas femininas que, como apresentado, não são naturais, mas social e historicamente construídas

Nesse sentido, Cisne e Santos (2018) explicam que os papéis femininos e masculinos não são meras “questões de gênero”, mas se inserem numa lógica estruturante das relações sociais de sexo ou, se preferir, das relações patriarcais de sexo que são permeadas por explorações e se imbricam com a constituição das classes sociais e com as relações étnico-raciais”(p.62), entre outras.

Vale demarcar a posição das autoras na utilização da categoria “relações sociais de sexo” em detrimento da categoria gênero, uma vez que:

ela representa “relações sociais mais amplas, permeadas pelos conflitos e antagonismos de classe”. A autora declara que a utilização e compreensão de “relações sociais de sexo” em vez de “relação de gênero”, nos permite ampliar o conceito em torno da desigualdade e opressão entre os sexos, raça e classe, visto que a categoria gênero muitas vezes “é destituída da noção de hierarquia presente na relação entre os sexos e das outras desigualdades estruturantes.” (Sousa; Sirelli, 2018, p. 327).

Tal afirmação se encontra em concordância com Saffioti que “gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. (Saffioti, 2015, p. 148). Para a autora:

[...] contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. (Saffioti, 2015, p. 145).

Portanto, considera-se que o conceito de gênero, em suma, não carrega consigo uma dimensão explícita de desigualdade e que a utilização da concepção das relações sociais de sexo¹, pelo contrário, abrange fenômenos relacionados à opressão e exploração de maneira mais

¹ Aqui se enfatiza a utilização, nesta produção, da categoria sexo ao invés de gênero.

ampla, para além do individual e para além do que é considerado biológico², considerando, para tanto, aspectos sociais, históricos, de classe, raça e etnia de maneira coletiva, compreendendo que tais aspectos dialogam entre si e se complementam para o entendimento dos processos sociais gestados na sociedade.

Ressalta-se, contudo, que isso não significa negar a opressão e desigualdades vivenciadas por outros sujeitos com orientação e identidade sexual que transcendem o binarismo homem x mulher. Pelo contrário,

[...] a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais. Logo, ainda que o exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação (Cisne; Santos, 2018, p.43).

Destaca-se que esta estrutura do sistema patriarcal atinge o que compreende ser identificado como feminino, não excluindo os grupos LGBTQIAP+, mas sim impactando no que é considerado um modo de ser feminino, com formas de dominação, controle, opressão e exploração sobre a “mulher” e sua subjetividade, sobre seu corpo e sua sexualidade. Conforme afirma Mirla e Silvana, “o patriarcado encontra-se, portanto, estruturado por uma lógica heterossexista, relacionada à apropriação masculina sobre o corpo e o modo de ser da mulher [...]” (Cisne; Santos, 2018, p.44).

Partindo desta compreensão, importa ainda mencionar que é da imbricação dialética entre relações sociais de sexo, de classe e étnico-raciais que a sociedade capitalista constitui a divisão social e sexual do trabalho, na qual além das relações sociais, as relações de trabalho também são sexualizadas.

Essa divisão pressupõe que ao homem seja conferida a esfera da produção, ao passo que, à mulher, a esfera da reprodução. Que a ocupação dos homens esteja atrelada às funções de forte valor social agregado, desdobrando-se em desigualdades no que tange às carreiras, qualificações, e salários entre ambos. Ao mesmo passo que à mulher, fica relegada ao espaço privado, doméstico, o que só passa a mudar a partir das conquistas dos movimentos feministas, passando a se inserir no mercado de trabalho. Essa inserção, contudo, é desigual, e as mulheres

² A dimensão biológica aqui citada refere-se à biologização entre os sexos frente aos seus corpos e explicação do funcionamento dos mesmos, utilizando somente a visão do que é natural ou não de acordo com o nascimento para explicitar padrões que podem ser aceitos, de acordo com a biologia do corpo físico.

permanecem sendo excluídas de alguns postos de trabalho por conta da desigualdade ainda presente.

Isso se explica porque:

As “qualidades” tidas como femininas, ao serem consideradas naturais ou próprias de uma suposta essência feminina, desconsideram o treinamento informal das mulheres. Isso implica não valorizar as atividades realizadas pelas mulheres como trabalho especializado. Essas atividades, ao serem muito mais consideradas uma obrigação ou um papel feminino, servem de justificativa para os baixos salários recebidos pelas mulheres (Cisne; Santos, 2018, p.65).

Essas “qualidades”, por sua vez, são aprendidas, conforme as autoras, em grande medida, na família, por meio da divisão sexual das brincadeiras e dos brinquedos, por exemplo, o que garante esta seja reproduzida na gestão da força de trabalho, e, conseqüentemente, que se ampliem os lucros nas fábricas. Em outras palavras, mesmo que tenham tido novas configurações na família patriarcal monogâmica não é possível dissociá-la da reprodução social, mesmo que, segundo as mesmas autoras:

Apesar de reconhecermos que a família é insuficiente para explicar a reprodução social, ela ainda nos parece indispensável. Ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para a divisão sexual do trabalho e, por extensão, da reprodução social. (Cisne; Santos, 2018, p.43).

Importante acrescentar ainda que não é apenas na família patriarcal monogâmica que a divisão sexual é reproduzida, porque está imbricada nas relações sociais, também no âmbito de outros modelos de família, e, inclusive, pelas próprias mulheres, devido à naturalização com que se apresenta no cotidiano. Essa mistificação, contudo, desfavorece tanto homens quanto mulheres, porque ambos acabam sendo explorados(as), e, por outro lado, favorece a reprodução e, conseqüentemente, a manutenção do capital.

Em síntese, apresentou-se aqui brevemente acerca do patriarcado e de suas características, considerando o objetivo proposto neste trabalho partindo da concepção de Cisne e Santos (2018), de que as relações sociais patriarcais são socialmente determinadas a partir de relações concretas, que servem de base à estruturação do patriarcado, que são: as relações sociais de sexo, a família heteropatriarcal e monogâmica, a divisão sexual e racial do trabalho a violência contra a mulher e contra a população LGBTQIAP+.

Assim, “nenhum desses elementos, por sua vez, resulta de um processo natural, tampouco estão isolados.” (Cisne; Santos, 2018, p. 45). Dessa forma, a fim de compreender as

relações sociais patriarcais com ênfase na particularidade brasileira, adentra-se no próximo subitem 2.2 no qual será aprofundada a relação entre patriarcado e a questão étnico-racial.

2.2 O PATRIARCADO NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Para compreender as particularidades que o patriarcado assume no Brasil, é preciso percorrer elementos de sua formação social e histórica. Para tanto, é preciso recordar que o Brasil sofreu um processo de invasão e colonização pelos portugueses por volta de 1.500. Este período foi fortemente atravessado por violências contra os povos indígenas, por exploração da mão de obra e também da terra e seus recursos naturais, bem como pela escravização dos povos africanos que foram sendo trazidos à força para o país.

Segundo Andrade (2021):

O patriarcado no Brasil surgiu com a colonização do país no século XVI, tendo o homem como a figura que detinha a autoridade, o poder político e econômico. As mulheres e seus descendentes deviam obediência à figura masculina, sendo submissos ao pai; no caso das mulheres a submissão se estendia ao marido. (Andrade, 2021, p. 27).

É a partir deste período em que o patriarcado se concretiza profundamente nas relações sociais brasileiras, isto significa dizer que, segue-se de acordo com o modelo de relações trazidas pelos portugueses a implementação da família patriarcal como unidade de organização social.

Contudo, “não podemos falar em escravismo sem patriarcado e patriarcado sem escravismo, na singularidade de um país que sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal”. (Cisne; Santos, 2018, p. 101). Dito isto, considerando o exposto no item 2.1, além de o homem deter o poder, na sociedade escravista, era o homem branco quem o detinha e quem dominava as relações em que se inseriam, influenciando a economia, a cultura, a política e a sociedade como um todo.

Neste sentido, esse homem branco exercia esse poder, dominação, e violências de formas diferentes entre as mulheres brancas, e entre as mulheres negras e indígenas. Ou seja, existem diferenças nas violações sofridas pelas mulheres negras e indígenas das violações sofridas pelas mulheres brancas, de acordo com a raça/etnia, as quais se perpetuaram ao longo dos anos.

Barreto destaca, neste sentido que as mulheres brancas

tinham suas vidas restritas à igreja e a casa, eram estereotipadas como fracas, submissas, passivas e sem participação pública. Eram treinadas para o casamento e tolerar as traições do marido com as escravas, (da Costa 1985) favorecendo assim a miscigenação. Conforme Mccanne e Conniff, essas práticas existiam em harmonia dentro dos preceitos religiosos da época. (Barreto, 2004, p. 66).

Enquanto isso, para as mulheres escravizadas, negras e indígenas restava a violência, os maus tratos e a utilização de seus corpos como objetos sexuais para garantia dos desejos do homem branco (Barreto, 2004). Boa parte da miscigenação brasileira se deu através da violação de mulheres negras e indígenas violentadas e estupradas, exploradas a fim de servirem para reprodução de mais mão de obra escrava com intuito de acumulação, e também para satisfação e prazer do homem branco. (Cisne; Santos, 2018).

É somente a partir do século XIX em que algumas alterações na sociedade começam a surgir em relação às mulheres, advindas de alguns processos importantes, como “a Independência do país, a passagem da monarquia para República, a abolição do regime escravocrata e a entrada de imigrantes no Brasil [que] favoreceram a entrada das mulheres nas indústrias e nos serviços burocráticos”. (Andrade, 2021, p. 32).

Destaca-se, contudo, que mesmo após o advento da abolição da escravatura, isso não representou rupturas significativas na qualidade de vida da população negra. Isso porque, apesar de tal sistema ter sido abolido, não garantiu direitos e oportunidades para a população negra. Além disso, partir da escravidão, também se expressou a ideologia racista, que permanece enraizada na cultura brasileira, e que continua se proliferando e se perpetuando até a atualidade (Lara; Maranhão, 2019).

Diante desses marcos históricos, resguardadas as suas contradições, algumas modificações foram sendo vivenciadas pelas mulheres, não por todas da mesma forma, mas atingindo principalmente as pertencentes às classes subalternas, com ênfase no século XX, onde estariam inserindo-se nas indústrias, fábricas, lojas e nas escolas. Neste mesmo período, diversos movimentos feministas deram início a lutas para reivindicação de espaços de garantias de direitos e igualdade sexual, como por exemplo, o movimento sufragista que lutava pelo direito ao voto feminino. (Andrade, 2021).

De acordo com Barreto (2004), foi somente em 1932 que as mulheres tiveram acesso ao voto, porém contando ainda com limitações ao seu acesso, através de um decreto promulgado pelo então presidente Getúlio Vargas, sendo somente no ano de 1946, que o direito ao voto foi estendido para todas as mulheres, sem restrição quanto ao estado civil ou escolaridade.

Apesar destes avanços, as mulheres ainda lutavam com limitações que iriam para além da inserção no mercado de trabalho e acesso ao voto, refletiam ainda no julgamento e controle

sobre a sexualidade, o comportamento e os deveres enquanto mulheres, correspondendo ainda ao poder que os homens detinham sobre seus corpos e suas vidas.

Conforme Andrade aborda:

Até o ano de 1940, a legislação não definia somente as atividades laborais que a mulher poderia exercer, mas também tipos de comportamentos que só eram considerados crimes, caso fosse uma mulher a cometer. A perda da virgindade era um crime, como também as condutas que ofendiam a virgindade. (Andrade, 2021, p. 32).

Dessa forma, é possível visualizar as marcas fortes e presentes do patriarcado nas relações sociais, com destaque para a divisão sexual e racial do trabalho, que exprime para uma maior exploração da classe trabalhadora ao dividi-la por sexo e pertença étnico-racial. (Cisne; Santos, 2018).

A cultura brasileira conservadora, patriarcal e racista³ foi sendo moldada através dos aspectos históricos de construção do país, evidenciando os processos de naturalização das desigualdades sexuais e étnico-raciais sofridas atualmente que mascaram violências e abusos sofridos em nome de uma tradição/ideologia de dominação.

Dessa forma, conforme destaca Andrade concorda-se ao dizer que:

A origem das desigualdades entre mulheres e homens no Brasil se deu não por um processo orgânico necessário, mas sim de pensamentos que visavam o acúmulo de patrimônio e a passagem deles para os descendentes, influenciado pela cultura patriarcal. Com o passar do tempo, naturalizou-se a hierarquia entre os sexos e as próprias mulheres passaram a acreditar e a ensinar os comportamentos esperados para seus filhos e suas filhas, reproduzindo e/ou repassando crenças e valores sem refletir criticamente sobre suas causas e consequências na subjetividade, mantendo a cultura de desigualdade entre os sexos. (Andrade, 2021, p. 36,37).

A partir dos processos históricos de impacto a nível mundial e vivenciados em solo brasileiro, que serviram a fim de influenciar as estruturas que vieram ao longo dos anos se consolidando nas sociedades, a ideologia do patriarcado e do racismo manteve-se reproduzindo-se e adaptando-se às mudanças sociais e econômicas da sociedade, impactando na naturalização das desigualdades de classe, de sexo e étnico-raciais.

Isto posto, objetiva-se evidenciar alguns dados que explicitem estas marcas deixadas por tais ideologias na realidade social, para posterior análise dos fatos e de como se relacionam e influenciam os demais setores da vida social, econômica e política, profundamente marcadas

³ Forjada pela relação lógica do modo de produção capitalista que determina as relações de poder e o racismo, manipulado por ideologias colonialistas, na tentativa de justificar a inferiorização do negro sobre o branco, vinculado à “ondem”, de “manter a classe possuidora, branca e europeia no poder; manter negros e indígenas, despossuídos e escravizados, subordinados”. (Souza, 2020, p. 382).

por este conservadorismo que visa camuflar os ideais conservadores e patriarcais na sociedade brasileira atual.

São diversas as manifestações e expressões do patriarcado e do racismo na atualidade, advindas desse processo histórico de construção das desigualdades sociais e sexuais, que incidem profundamente na vida das mulheres e da população LGBTQIAP+, sejam elas brancas, negras ou indígenas.

Primeiramente, devido à pertinência do tema, destaca-se alguns dados sobre os expressivos números da fome no Brasil, consequência das raízes históricas de construção do país a partir de Teles, Andrighetti e Corrêa:

em 2017 -2018 o IBGE (2020) apontava que 10,3 milhões de pessoas tiveram privação severa de alimentos ao menos em algum momento, mais da metade residiam em domicílios chefiados por mulheres (IBGE, 2020). Durante a pandemia, 11,1% das famílias chefiadas por mulheres passaram fome, contra 7,7% daquelas chefiadas por homens (PENSSAN, 2021). Ainda, 10,7% das famílias chefiadas por mulheres pretas passaram fome, porcentagem maior em relação ao índice de 7,5% de famílias chefiadas por mulheres brancas que passaram fome (PENSSAN, 2021). (2022, p. 149).

Ao visualizar a magnitude dos dados abordados pelas autoras, é possível observar a relevância sobre o recorte étnico-racial e de sexo sobre a fome na realidade das mulheres pretas brasileiras, que sentem mais profundamente a falta de alimentos. Em síntese, é possível evidenciar e dar ênfase ao que as autoras Teles, Andrighetti e Corrêa afirmam sobre os dados abordados:

Os dados expostos permitem apreender que as pessoas pretas sofrem em maior percentual do que as brancas os dilemas da fome no país, e que, em relação a essas, as mulheres pretas sofrem mais do que os homens pretos e do que as mulheres brancas. Essa realidade expressa a sociedade desigual e violenta em que vivemos, tendo o racismo e o machismo como definidores da estrutura social brasileira. (Teles; Andrighetti; Corrêa, 2022, p. 149).

Essa dupla discriminação sobre as mulheres negras, atinge também outros cenários, como no mercado de trabalho, onde são fortemente materializadas as expressões de discriminação ao serem encontradas locadas em empregos mais insalubres, precarizados, com salários mais baixos e mínimas ou nulas garantias de direitos e proteção social.

Destaca-se os dados acerca da diferença salarial, no que diz respeito às mulheres, em 2017 recebiam em média R\$1.879,00 ao mês, já os homens R\$2.469,00, o que demonstra que as mulheres ganhavam cerca de R\$590,00 a menos que os homens. (Brasil, 2018). Também, quanto aos dados das pessoas ocupadas neste mesmo ano, os homens representam 56,3%,

enquanto as mulheres 43,7% dos ocupados, já entre as desocupadas, as mulheres contabilizam 50,7%. (Brasil, 2018).

Em suma, evidencia-se sobre a mulher no mercado de trabalho:

Seus salários são mais baixos e elas têm mais dificuldades de adentrar o mercado de trabalho, assim como saem dele com mais frequência, devido à responsabilidade, socialmente imputada, de trabalho doméstico não remunerado, aí incluído o cuidado com os filhos. As desigualdades de rendimento aumentam à medida que cresce o nível de escolaridade, o que indica a maior presença dos homens nos cargos decisórios. (Brasil, 2018, p. 5).

Ressalta-se a divisão criada no âmbito do trabalho entre homens e mulheres, que impõe que a mulher além de aguentar as mesmas jornadas de trabalho, cuide da casa, dos filhos, dos maridos, contando ainda com alarmantes diferenças salariais de acordo com a raça-etnia além do sexo.

Além disso, são as mulheres que vivenciam expressivas situações de violências e mortes. A Rede de Observatórios da Segurança, através do boletim intitulado “Elas Vivem: Dados que não se calam” (2023), registrou o número de 2.423 casos de violência contra a mulher no ano de 2022, isso quer dizer que, a cada quatro horas aos menos uma mulher foi vítima de violência. Entre os casos registrados, destacam-se o número de 495 feminicídios, ou seja, morre uma mulher a cada dia por ser mulher.

Dessa forma, frente aos dados apresentados evidenciam como o patriarcado se expressa na atualidade, a partir dos altos índices de violência contra a mulher, da diferença salarial, da sobrecarga de trabalho que perpassa a vida da mulher, além das expressões cotidianas de violação dos seus direitos.

Em síntese:

No caso brasileiro, sem dúvida, os processos que caracterizam a formação social e política do país impulsionaram a criação de uma sociedade na qual o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixaram, suas marcas profundas e estruturantes na história brasileira e implantaram bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo periférico e dependente e das particulares características da questão social que se caracteriza como um traço estrutural da sociedade brasileira. Assim, as dimensões étnico-raciais e de gênero e as marcas do escravismo e do patriarcado entre outras, estão presentes nas manifestações cotidianas da questão social com a qual se confronta a profissão. (Yazbek, 2021, p. 20).

Ao visualizar estes dados apresentados referentes às consequências históricas do patriarcado e do racismo na realidade das mulheres, e nestas, das mulheres negras, é oportuno destacar que tais desigualdades sexuais e étnico-raciais são mediações que acentuam as

expressões da questão social visto que Yamamoto (2018) refere que as expressões da questão social “condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil, no acesso aos bens da civilização”.

As múltiplas expressões da questão social, são consideradas o objeto de intervenção do trabalho profissional do assistente social, sendo este um fenômeno complexo, vinculado à contradição entre o capital e o trabalho. Estes profissionais atuam frente às mais variadas expressões da questão social no cotidiano, nas áreas da saúde, habitação, educação dentre outras, com ênfase na atuação na Política de Assistência Social, esta que será apresentada no próximo capítulo.

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONTEXTO DE DESIGUALDADE SEXUAL

Após a breve explanação acerca dos processos históricos de instauração do sistema patriarcado à nível mundo e na particularidade brasileira, além das suas expressões e manifestações na atualidade, é necessário adentrar na historicização da Política de Assistência Social, política esta, que tem como público majoritário as mulheres, as quais, como abordado no capítulo anterior, vivenciam as mais diversas desigualdades sexuais que acentuam suas dificuldades na realidade social que vivenciam.

Para tanto, pretende-se evidenciar no subitem 3.1, alguns aspectos importantes acerca da criação e consolidação da Política de Assistência Social no âmbito das políticas públicas ao longo dos anos, não objetivando apresentar de forma profunda as legislações a ela concernentes, mas apresentar contribuições pertinentes para a discussão aqui proposta.

3.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para compreensão acerca da construção da Política de Assistência Social, inscrita na Constituição Federal de 1988 como um direito social, é necessário retomar aos anos que antecederam a década de 1980. Isto pois, a assistência social foi fortemente marcada em sua gênese pela caridade e filantropia, atravessada principalmente por atos benevolentes de mulheres da alta sociedade.

Neste sentido, é importante considerar que, mesmo o país atravessado por quase quatro séculos de escravidão, as iniciativas do Estado no campo das ações sociais só começaram a surgir por volta da década de 1930 (Silva, 2014; Behring; Boschetti, 2010), um período de forte investimento estatal no desenvolvimento industrial em um país que até então era essencialmente agrícola e com um passado escravista recente. Até então, as desigualdades e reivindicações da população eram fortemente reprimidas e atendidas por meio de iniciativas filantrópicas de ajuda e caridade às pessoas em situação de pobreza.

Acrescenta-se que a população brasileira até então contava com raras participações nas decisões do país, em suma, viviam no meio rural sob o comando dos seus senhores e coronéis, período este marcado por heranças históricas fortemente atravessadas pela escravidão e pelo sistema patriarcal. Tais marcas foram importantes impeditivos para que a população tivesse acesso aos seus direitos por um extenso período. (Silva, 2014).

Nesta perspectiva, conforme destaca Silva,

O rompimento com o modelo hegemônico agrário-exportador para a passagem ao urbano industrial fez surgir, portanto, a questão social como obrigação do Estado, pois, até então, essa vinha sendo tratada como caso de polícia ou por meio das benesses das instituições filantrópicas. (Silva, 2014, p. 85).

Em outras palavras, a partir do aumento da classe operária nos meios urbanos, desenhou-se um novo contexto nas cidades de expansão e crescimento demográfico de ocupação, mas também, em consequência, houve o agravamento das expressões da questão social, em especial a pobreza e as desigualdades sociais, além da organização da classe operária, levando, dentre outros fatores, à responsabilidade do Estado frente a tais necessidades.

Contudo, as ações que começam a ser desenvolvidas no período em tela eram voltadas para alguns grupos distintos, tais como “[...] servidores do Estado, civis e militares, e que aos poucos vai se estendendo aos trabalhadores da indústria e comércio.” (Souza, 2018, p. 28). Ou seja, para uma grande parcela da população que estava desempregada ou ainda que ocupava os postos informais de trabalho ficava excluída destas ações, continuava restando aquelas ações filantrópicas e assistencialistas e a discriminação pela pobreza imposta.

Estas ações até então eram dispersas e realizadas pelas ordens religiosas, principalmente vinculadas à Igreja Católica. Entretanto, conforme Cisne (2012, p.31), tratava-se de “práticas descontínuas e desarticuladas, voluntaristas, benevolentes, da caridade e da solidariedade irracional”, as quais passarão a ser organizadas a partir da criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) em 1942 (Behring; Boschetti, 2010).

A LBA foi criada por iniciativa da então primeira-dama Darcy Vargas, junto com as senhoras da alta sociedade, que se reuniam para oferecer apoio aos familiares dos pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira, período este em que se intensificaram as práticas assistencialistas de favor e caridade, e negação dos direitos.

A atuação da LBA tinha como objetivo principal, portanto, o apoio aos familiares dos pracinhas, porém passou também a expandir suas ações para as famílias não previdenciárias no atendimento durante calamidades públicas, fortalecendo o discurso referente à assistência social de caráter imediatista e emergencial. (Sposati, 2007).

É necessário enfatizar a atuação sucessiva das primeiras damas no cargo de presidência da LBA, isso quer dizer que, ficavam encarregadas de acordo com um estatuto, que as esposas dos presidentes em vigência ocupariam o cargo de presidência da LBA. (Cisne, 2007).

É nessa relação existente entre uma população que demanda de ações do Estado, em contrapartida com o aumento de atividades filantrópicas, que o Estado procurou eximir-se das suas responsabilidades, assim, contribuindo com a intensificação da dinâmica política denominada primeiro damismo, vinculando fortemente o estereótipo da mulher no contexto político, colocando-a no papel de ajuda, caridade e promoção de causas filantrópicas.

Frente a este lugar imposto à mulher neste processo de construção da assistência social, evidencia-se que:

[...] a assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como uma alternativa à vida doméstica/familiar, ao passo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres, por ser considerada uma extensão de seus “papéis domésticos” e um cumprimento de seu “papel na sociedade” (Cisne, 2007, p. 4).

Dessa forma, observa-se que a vinculação da assistência social com o primeiro-damismo tem início com a primeira-dama Darcy Vargas, o que permanece se reproduzindo posteriormente. Sobre tal relação, Mirla Cisne destaca:

A história da política da Assistência Social poussa suas raízes nas ações de caridade e benemerência realizadas especialmente, pelas Damas de caridade, mulheres de elevado poder aquisitivo, destacadamente, as primeiras-damas. Desde o seu germe, portanto, há uma nítida marca de gênero como construto da Assistência Social. (Cisne, 2007, p. 1).

Ou seja, a vinculação da assistência social com as mulheres refletiu intensamente na maneira como a política foi se desenvolvendo ao longo dos anos, e se intensificando quanto ao papel da mulher nesse contexto.

Ainda sobre isso, Mirla Cisne destaca que:

Este fato é um campo fértil para analisar como a assistência social estava vinculada, até mesmo imbricada, com a “questão de gênero”, ou seja, o fato de a assistência estar sob a responsabilidade da primeira-dama (mulher) e não sob a batuta do presidente ou de um “primeiro-damo”. Além disso, há uma vinculação histórica entre as mulheres e a responsabilidade para com os problemas sociais, com a prática da caridade e da ajuda, com o “equilíbrio” e “harmonia” sociais, enfim, com a reprodução social voltada para o controle da classe trabalhadora. (Cisne, 2007, p. 3).

Essa vinculação da mulher no contexto da assistência social, reforçava a ideologia conservadora sobre o papel da mulher na sociedade, servindo de combustível para as classes dominantes na reprodução social, a fim de assegurar o modelo capitalista, intensificando a maneira como “os problemas e desigualdades sociais não eram analisados, muito menos

enfrentados, mediante os conflitos de classe, mas por meio de um viés moralizante, como desvios que deviam ser controlados, “ajustados” em nome da “ordem”. (Cisne, 2007, p. 3).

Ficando encarregado às mulheres o papel de responsabilidade para com os considerados problemas e desigualdades sociais, devendo ser enfrentados e resolvidos pelas mesmas, de acordo com os condicionantes evidenciados a partir da relação entre as mulheres e a assistência social.

Evidencia-se que este período foi fortemente marcado por um modelo de ideais conservadores, que tratava das demandas e das vulnerabilidades de maneira emergencial e imediatista, voltada para uma perspectiva individual e de reajustamento, onde as intervenções realizadas por pessoas de boa vontade com características predominantes femininas, via iniciativa privada e de cunho religioso, com olhos voltados para a bondade das pessoas.

Foi somente a partir de meados da década de 1980 em que o Brasil vivenciou o fim da ditadura militar resultado no processo da abertura democrática. Porém, diversas foram as sequelas deixadas na área social e na área econômica da época. Foi um período marcado pelo baixo crescimento econômico e por uma forte crise, onde a base contributiva previdenciária vinda dos trabalhadores diminuiu, o que impactou nos valores dos beneficiários e na qualidade dos seus atendimentos. (Souza, 2018; Silva, 2014).

Dessa forma, era necessária uma resposta das políticas sociais e do Estado para as demandas existentes e ampliadas devido aos fatores levantados anteriormente. Somente no final da década de 1980, a partir de muitas lutas travadas na sociedade, foram desenhados novos parâmetros para o país e para as políticas sociais, baseando-se na descentralização, na participação e na luta popular.

Assim sendo, somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988 que a assistência social passa a ser reconhecida como uma Política Social Pública, compondo assim o Sistema de Seguridade Social do Brasil juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Conforme o trecho da Constituição Federal de 1988, no capítulo II, art. 194 “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (Brasil, 1988).

Esse é um momento muito importante na história da assistência social, pois é o momento que a pactua como garantia de direito para quem dela necessitar, se contrapondo à lógica conservadora muito presente ao longo dos anos na construção da sua história. Neste momento, a Constituição Federal de 1988 caracteriza como dever do Estado e direito do cidadão o acesso

à assistência social enquanto política pública não contributiva, e não mais como benesse e atrelada à bondade de determinadas pessoas.

Após o marco que foi a Constituição Federal de 1988, ocorreu a promulgação da Lei nº 8.742, em 7 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que preconiza no seu Art. 1º que: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (Brasil, 1993).

A promulgação da LOAS foi de extrema importância no cenário de consolidação da assistência social, é a partir destes processos em que se apresenta com urgência o enfrentamento da cultura histórica marcada pelas raízes de atitudes benevolentes ligadas à igreja e a filantropia, onde a assistência social passa a buscar por meio da adoção de uma postura crítica de resistência e luta para garantir a afirmação e a materialização desta política pública como direito universal, evidenciando a necessidade de espaços de voz e escuta, e a garantia de profissionais qualificados atuantes na área.

E é no ano de 1995, que ocorre a primeira Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília, com o intuito da criação de um espaço que fosse democrático e de debate para os profissionais e para a sociedade. (Souza, 2018).

As conferências têm por intuito a divulgação, discussão, problematização e avaliação da Política de Assistência Social, assim como também a participação da população e dos trabalhadores nesses espaços de maneira coletiva e democrática, conforme destaca Souza:

O espaço das Conferências se concretiza como espaço democrático de debate, momento oportuno de discutir a realidade concreta dos usuários da assistência social e conferir se os serviços, programas, projetos e benefícios disponíveis na área estão coerentes com as demandas. (2018, pág. 45).

É neste mesmo ano que a Legião Brasileira de Assistência sob a direção da então primeira-dama Rosane Collor passa por escândalos envolvendo a sua família, e em 1995 é extinta. Com a extinção da LBA, seus trabalhadores que estavam tensionando internamente por mudanças, foram encaminhados e espalhados pelo Brasil, o que acabou separando os ideais de luta dos integrantes. (Sposati, 2007).

Diversos foram os desafios enfrentados ao longo dos anos para concretização dessa política, e é somente no ano de 2003 que ocorre a IV Conferência Nacional de Assistência Social, comemorativa aos dez anos de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, a

qual abordou as deliberações de criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a aprovação do texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

No ano seguinte à conferência, fora aprovada a Política Nacional de Assistência Social pela Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social, que explicita as diretrizes para a concretização da assistência social como direito à proteção social e responsabilidade do Estado, também institui o Sistema Único de Assistência Social, sistema este que foi implementado nos municípios a partir do ano de 2005.

Levando em conta a implantação do SUAS na realidade brasileira de acordo com os seus princípios e objetivos, pode-se afirmar que ele tem papel fundamental na resistência e na ampliação do discurso de garantia aos direitos para quem deles precisar. Em conformidade com o que a autora Marta Borba Silva aborda ao dizer que:

O SUAS altera a lógica que regula a inserção dos sujeitos na política, historicamente, compreendidos em razão da incapacidade para o trabalho ou vulnerabilidades decorrentes dos ciclos geracionais, orientando-se, agora, pela inclusão de cidadãos, famílias e grupos que estão em situações de vulnerabilidade e risco social. (Silva, 2014, p. 94).

A partir disso, o SUAS começou a se organizar e se articular nos territórios à nível nacional, com o intuito de desenvolver um modelo de gestão para a Assistência Social a fim de superar esta lógica construída historicamente. No que refere-se ao modelo de atuação do SUAS, é importante considerar que:

Anterior ao SUAS já havia o estabelecimento de programas e benefícios. Porém, não havia a materialização de serviços instituídos nos territórios, classificados e ordenados a partir de níveis de complexidade, atuando na ótica de prevenção e gestão das situações de proteção/desproteção sociais nos contextos específicos. (Souza, 2018, p. 50).

Dessa forma, apresenta-se o SUAS ao se materializar na proteção social, dividindo-a em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira tem por objetivo a prevenção de riscos, se concretiza por meio de programas, projetos, benefícios e serviços para o fortalecimento de vínculos aos indivíduos e familiares que estão em situação de vulnerabilidade social, a materialização da Proteção Social Básica ocorre via ações que são executadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Já a Proteção Social Especial subdivide-se em Alta e Média Complexidade, a Alta Complexidade refere-se às famílias/indivíduos que tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos, e a Média Complexidade refere-se às famílias e indivíduos que se

encontram em situação de risco e que já tiveram seus direitos violados, se concretiza em seus diferentes níveis de complexidade através de serviços como o CREAS, Casas Lares, abordagem de rua, plantão social, etc.

Em 2009, é lançada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, documento fundamental que compõe as normativas dos SUAS, é neste documento que estão estruturados a oferta e a gestão dos serviços no Brasil, tem como objetivo principal promover a qualidade e a melhoria dos serviços prestados à população, bem como também a garantia de direitos e o atendimento qualificado às demandas das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Na Tipificação, estão preconizados os tipos de serviços que devem ser oferecidos, bem como as diretrizes, objetivos, requisitos e critérios para sua implementação.

Outro importante marco para a consolidação do SUAS como uma política pública e que integra as normativas deste sistema, é o instrumento Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social lançado no ano de 2012. Este documento tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras para organização, funcionamento e gestão do SUAS no âmbito nacional. É importante destacar que após os anos que se sucederam, ela foi passando por alterações e mudanças para o aprimoramento do sistema.

Esses importantes marcos para a política de Assistência Social foram sintetizados na Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Linha do tempo da Evolução da Assistência Social como uma política de direitos



Fonte: Figura elaborada pela autora Darciane Zanotto Brollo, 2023.

Estes momentos, dentre outros, marcaram e contribuíram com a história de construção e consolidação dessa política pública tão importante e necessária na realidade brasileira. No entanto, ainda é necessária muita luta visto que ao passo em que foi se consolidando, não conseguiu se desvencilhar das marcas fortemente deixadas por décadas de atitudes de caridade, favor e clientelismo, dito isso, destaca-se também que essas raízes históricas se perpetuaram

por longos períodos, impactando e contribuindo para uma cultura criada de uma política subalternizada frente às demais políticas, com raízes na atuação de mulheres boazinhas para mulheres que demandam a assistência social. (Couto, 2015).

Ademais, para compreensão crítica desta política pública atravessada pelo modelo conservador, caracterizada por atos de caráter benevolentes, é fundamental destacar que esta construção não pode ser isenta das características de formação da sociedade brasileira, que se consolidou por muitos anos a partir de um sistema patriarcal e racista, e principalmente de negação de direitos, contribuindo para estigmatização desta política como subalterna, assim como suas usuárias, em vista das demais políticas.

Tais aspectos impactam, dentre outros, na questão orçamentária da política de assistência social, que é menor se comparada ao financiamento das demais, acarretando na precarização das instituições prestadoras dos serviços, bem como nos serviços e nas equipes de referência, e principalmente no reflexo dos atendimentos prestados aos usuários.

Conforme destaca Weslany Prudêncio e Nailsa Araújo:

O (des)financiamento do orçamento do sistema de proteção social incide na materialização da política de assistência social. De acordo com Pereira (2004), as receitas do orçamento das políticas de saúde, previdência e assistência social são estipuladas separadamente. A assistência social continua sendo a “prima pobre” da seguridade social, pois desde o seu reconhecimento enquanto política pública vem sendo contemplada com um percentual mínimo dos recursos da seguridade social. (Prudêncio; Araújo, 2021, n.p).

Destaca-se que estes fatores impactam, portanto, na consolidação da Política de Assistência Social, influenciando profundamente nas equipes de referência, que sofrem com as precarizações existentes nos espaços sócio-ocupacionais de atuação.

São as(os) profissionais atuantes no cotidiano que são imprescindíveis para a concretização desta política, pois são elas/eles que estão na frente das instituições, devido a isso, é importante destacar que esta área de atuação é constantemente atravessada por diversos desafios.

Nesta perspectiva, destaca Berenice Couto:

A questão dos recursos humanos é um desafio para toda a administração pública, mas assume características específicas na assistência social, pela sua tradição de *não-política*, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas para efetivar ações que rompam com a subalternidade que historicamente marcou o trabalho dessa área. (COUTO, pág. 79 e 80, 2012).

Neste sentido, no que refere-se aos profissionais locados nesta política, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/SUAS: Anotada e Comentada, determina que:

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (FERREIRA, 2011, p. 25).

As categorias profissionais de nível superior que devem compor obrigatoriamente as equipes estão garantidas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, atualizada pela Resolução N° 17, de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, que evidencia no Art.1 quem deve compor obrigatoriamente de acordo com o nível de complexidade a gestão do SUAS:

Compõem obrigatoriamente as equipes de referência:
I – da Proteção Social Básica: Assistente Social; Psicólogo.
II – da Proteção Social Especial de Média Complexidade : Assistente Social; Psicólogo; Advogado.
III – da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Assistente Social; Psicólogo.

No Art. 2, define-se as “categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e Musicoterapeuta”. (Brasil, 2011) E também, no Art.3, delimita-se as “categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista, Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional.” (Brasil, 2011)

Estas categorias profissionais delimitadas para atuação no SUAS, são demandadas de acordo com o intuito da instituição de oferta dos serviços e o nível de complexidade da mesma, evidenciando a importância das equipes compostas por diferentes profissionais para atuarem com um objetivo específico, a proteção social junto à população usuária demandatária.

Entretanto, conforme referido, o desfinanciamento da política de assistência social tem sido um fato determinante para a dificuldade de composição das equipes mínimas previstas para os equipamentos e serviços a ela concernentes, o que impacta, sobremaneira na sobrecarga de trabalho daquelas(as) trabalhadoras, na fragilização de seus vínculos de emprego, assim como, e, por consequência, na precarização da materialização deste direito às usuárias.

Neste sentido, também é essencial destacar que prevalece a presença feminina no âmbito desta política, tanto em relação às trabalhadoras quanto às usuárias, tendo em vista as desigualdades históricas sofridas pelas mulheres na sociedade brasileira, verificando-se “uma forte tendência neste cenário possível de se observar é que além de representarem a maior parte dos profissionais da política de assistência social, as mulheres também são predominantemente as usuárias da mesma”. (Fritzen, 2015, s.p).

Em outras palavras, evidencia-se ainda uma predominância feminina vinculada à política de assistência social na atualidade, que contém como forma estruturante os aspectos históricos fortemente marcados por esse papel de responsabilidade da mulher, que está “ligado conjuntamente com a solidariedade e a bondade, qualidades vistas como predominantemente femininas” (Fritzen, 2015, s.p).

Diante disso, evidencia-se certas contradições em seu entorno:

É notável através das normativas da assistência social a centralidade que a família e, por conseguinte a mulher-mãe representam, principalmente com a lógica dos programas de transferência de renda, tidos como “carro chefe” da política atual. Sendo assim, se por um lado, estes mecanismos, a exemplo do Programa Bolsa Família, podem proporcionar certa autonomia financeira às mulheres, valorando-as e as reconhecendo como sujeito protagonista, por outro, constantemente reiteram a responsabilização feminina através das condicionalidades exigidas como forma de manutenção das famílias à proteção social. (Fritzen, 2015, s.p).

Este processo de responsabilização da mulher como protagonista para a proteção e bem-estar social da família, tanto como facilitadora no acesso para garantia dos direitos como usuária referência da família, reforça ainda mais o lugar da mulher social e historicamente construído na sociedade, como aquela que cuida e que é responsável na organização da família. Entretanto, responsabiliza a mulher pela situação de pobreza vivenciada e reproduzida, uma vez que o desfinanciamento desta política não garantem condições para melhoria de suas condições de vida em sua totalidade.

Destaca-se, diante disso, que:

Apesar de todas as transformações e avanços ocorridos, há alguns “continuísmos” presentes na Assistência Social, muito embora, sob novas configurações. Dentre eles, destaca-se aqui, a permanência da marca de gênero, expressa na sua “feminização”. No sentido de que as mulheres mesmo com os avanços e conquistas, ainda são responsabilizadas pela assistência, além de constituírem-se, majoritariamente, como o seu público usuário, tendo em vista a histórica desigualdade em termos de exploração e dominação que sofrem. (Cisne, 2007, p. 6).

Posto isso, também é necessário acrescentar para a discussão uma breve explicação acerca da utilização do termo feminização para compreender o seu uso, “refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas.” (Yannoulas, 2011, p. 283).

Essa feminização da política de assistência social evidencia-se como uma relação intrínseca desde seus primórdios históricos, refletindo a partir de diferentes características que vão se modificando com o tempo na atuação e na responsabilização da mulher neste contexto. Infere-se, que esse feminização pode ter relação direta com a não compreensão da assistência social como um direito, e pelo seu desfinanciamento decorrente da subalternização em relação às demais políticas sociais, reforçado pelos aspectos atrelados ao feminino: desqualificados, desprestigiados, entre outros.

Portanto, embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, assim como as demais legislações que a regulamentam, sejam importantes marcos para sua real efetivação, ainda é necessário considerar as dificuldades para a concretização no âmbito social e sua efetivação na sociedade, destacando que ainda são necessários muitos avanços.

Após a explicitação da construção da Assistência Social, para compreender essa relação, no capítulo seguinte será abordado alguns aspectos históricos importantes relativos à construção do Serviço Social, enquanto uma profissão regulamentada por lei e atuante nas políticas sociais, que tem por destaque a atuação na Política de Assistência Social, com fortes raízes no processo de formação brasileira patriarcal e racista.

4. O SERVIÇO SOCIAL PERCORRENDO AS TRILHAS DA ASSISTÊNCIA E DA DESIGUALDADE SEXUAL NO BRASIL

Após a explanação acerca do processo de instauração do patriarcado e do racismo na realidade brasileira, que perpassam todas as relações sociais, e também sobre a construção da Política de Assistência Social a partir de alguns aspectos históricos, é de suma importância explicitar como se deu a construção histórica do Serviço Social, profissão essa atravessada por tais momentos históricos que perpassam a formação da profissão no Brasil.

Até o momento, tornou-se possível visualizar como os momentos históricos se dialogam e dessa forma, não podem ser dissociados, pois estão intrinsecamente ligados e interligados pelos fatos que transcorrem na realidade social brasileira, assim como também são reproduzidos de acordo com a roupagem vista necessária para novas adaptações sociais. Evidentemente, a construção do Serviço Social não será afastada dessa realidade social, e com isso, também vestirá algumas roupagens no seu início para responder às demandas das classes dominantes.

Sendo assim, no subitem 4.1 deste capítulo objetivou-se apresentar os processos históricos de construção do Serviço Social no Brasil, enquanto uma profissão regulamentada por lei, a partir da apresentação de alguns aspectos importantes acerca do surgimento e da necessidade da profissão na sociedade, evidenciando os importantes processos de lutas e reivindicações por uma profissão crítica.

Não é o intuito esgotar a discussão acerca desse complexo e extenso processo histórico, mas abordar aspectos considerados relevantes para a análise acerca do papel feminino, para após, realizar a análise acerca da desigualdade sexual na profissão inserida na política de Assistência Social.

Considera-se necessário também abordar esse processo histórico de construção do Serviço Social, para ampliar o entendimento acerca das(os) profissionais assistentes sociais, inseridos no mercado de trabalho capitalista, que vivenciam a contradição da sua atuação profissional, na venda da sua força de trabalho, e como isso perpassa a realidade contraditória em que se inserem.

E, enfim, no subitem 4.2, pretende-se realizar algumas reflexões acerca dessa relação existente entre a desigualdade sexual, o Serviço Social e a Política de Assistência Social, possível somente após o resgate histórico que evidencia essa relação construída atravessada pelas relações de sexo, pelo sistema patriarcal, pelo racismo, pelo interesse das classes dominantes, mas também, pelo objetivo de ruptura destes marcos conservadores presentes nas relações sociais.

4.1 A GÊNESE E O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para compreender a gênese do Serviço Social no Brasil, é necessário considerar o processo sócio-histórico brasileiro, isto pois, é a partir da relação entre o mercado de trabalho criado nos moldes capitalistas de exploração da mão de obra, marcado pela recente abolição da escravidão, período em que tem-se o aumento do trabalho livre e a expansão dos centros urbanos, com ênfase nas décadas de 1920 e 1930 que tem-se o seu surgimento.

Este surgimento, por sua vez, está atrelado à influência da Igreja Católica que tem importante participação no que se refere ao controle social dos operários nesse período. Desse modo, surgem algumas instituições assistenciais chamadas de protoformas do Serviço Social, tais como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920) e a Liga das Senhoras Católicas (1923), envolvendo as famílias da grande burguesia, em especial mulheres da alta sociedade, vinculadas à igreja católica. (Iamamoto; Carvalho, 2007).

Estas instituições tinham como objetivo a propagação do pensamento social da Igreja e estavam atreladas ao movimento laico⁴, buscando, por meio da “assistência preventiva, do apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres”. (Iamamoto. Carvalho, 2007, p. 166-167). Este será o início das iniciativas da Ação Católica que irão se multiplicar nesse contexto social, no qual estão presentes, de forma determinante, as mulheres.

Outros fatores importantes atravessam o contexto social do Brasil, como em 1929 a crise do comércio internacional e o movimento de 1930 que representam importantes impactos na reorganização estatal e econômica do país, transitando de atividades ligadas ao modelo agroexportador para outras de caráter interno como o desenvolvimento da indústria. (Iamamoto. Carvalho, 2007).

Com isso, tem-se o desenvolvimento do capitalismo no país, “cresce a indústria e o mercado nacional, avançando simultaneamente o crescimento da classe trabalhadora e a agudização de sua pobreza” (Cisne, 2012, p.31). Esse período foi marcado pelas péssimas condições trabalhistas impostas aos operários e trabalhadores, ao passo que o crescimento da indústria não tinha como objetivo a garantia de boas condições trabalhistas, mas sim, a exploração e a acumulação do capital.

⁴ Este movimento foi criado com o objetivo de reaver os privilégios perdidos pela Igreja em relação ao Estado com a Constituição da República de 1891.

A partir dessa exploração abusiva da força de trabalho a qual eram submetidos os operários, eles desenvolveram como forma de luta por meio dos movimentos sociais, que tinham como propósito evidenciar e tornar público para a sociedade brasileira as péssimas condições por eles vivenciadas. Estes movimentos sociais, foram de grande importância para transformações na realidade que se sucederam, principalmente no que se refere, mais tarde, à conquista de direitos. (Iamamoto, Carvalho, 2007).

Em decorrência disso, estes movimentos sociais caracterizaram-se como uma ameaça para as classes dominantes, principalmente para os considerados valores sagrados da época, e, assim, recebiam como respostas a repressão policial e a violência constante nesse processo de luta, assim como também contavam com ações assistencialistas para amparo como resposta para a questão social. Neste sentido, o Estado visualiza a necessidade de se posicionar frente a esta realidade, para que, assim, possa manter o seu controle frente à exploração da força de trabalho.

Iamamoto e Carvalho (2007) evidenciam que a partir desse momento, demandou-se que algumas medidas fossem tomadas pelo Estado para intervir nesta realidade das classes sociais subalternas, impondo-se, “a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado.”

As Leis Sociais surgem⁵, portanto, neste contexto de resistência e luta popular, representando assim uma resposta do Estado através de regulamentações jurídicas, que se dá a partir da intensificação da questão social, derivada do crescimento nos centros urbanos industriais, colocando-a “no centro das contradições que atravessam a sociedade” (Iamamoto. Carvalho, 2007, p. 126).

Outra forma de controle social deste período foi a união entre Estado e Igreja, representando um propósito em comum, qual seja: “resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social” (Iamamoto. Carvalho, 2007, p. 156), a partir de distintas medidas para consolidarem e deterem o controle. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado inicia as primeiras regulamentações do trabalho, a Igreja utiliza-se de seus princípios doutrinários como forma de responder aos “problemas sociais” vindos das mudanças societárias, a partir de obras caridosas. (Iamamoto. Carvalho, 2007).

A partir deste contexto histórico o Serviço Social é implantado no Brasil:

⁵ Antes de 1930 já haviam sido criadas algumas leis sociais, dentre as quais se destaca a Lei Eloy Chaves em 1923. Após a década de 1930, tem-se a introdução das políticas sociais no Brasil, cria-se a Consolidação das Leis Trabalhistas e a Carteira de Trabalho.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge de iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. (Iamamoto. Carvalho, 2007, p. 127).

Parte de membros do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), “considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil” (Iamamoto. Carvalho, 2007, p. 168), criado em 1932 que tinha como intuito o incentivo e controle pelas classes dominantes e pela igreja, a partir da necessidade de tornar mais efetivas as ações filantrópicas da época, oficializou-se com o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”.

Oriunda do CEAS, em 1936 é fundada a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, sendo a primeira desse ramo no Brasil. Para cursar Serviço Social, era preciso ser mulher e dotada de uma “série de qualidades naturais do comportamento feminino existente” (Iamamoto. Carvalho, 2007, p. 221), como necessários critérios para seguir esta carreira, consideradas características naturalmente femininas.

Conforme destaca Iamamoto e Carvalho:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer. (2007, p. 223).

A estas mulheres era demandado intervir frente à questão social, visando reforçar o interesse das classes burguesas e da igreja, com tentativas de acalmar as ameaças da classe trabalhadora que abalavam a organização social, garantindo, por consequência, a manutenção do capitalismo, (Cisne, 2012) e a reprodução das desigualdades sexuais inerentes ao patriarcado que o atravessa.

Referente à questão social nesse período, era interpretada pela Igreja como “um problema moral, fruto da desunião, da desarmonia e da falta de compreensão entre as classes sociais antagônicas” (Cisne, 2012, p. 43) e, a Igreja julgava-se a única capaz de solucionar este problema [...].”

É somente na década de 1940 que o Serviço Social irá se institucionalizar como profissão. Isso se dá, principalmente, por meio da implantação de instituições sociais pelo Estado e pelo empresariado, demandando mais profissionais para nelas se inserir.

Uma vez que a demanda pelos profissionais ultrapassa o número de profissionais formados, são criadas medidas para acelerar esse processo, abrangendo uma pequena parte da burguesia urbana. A prática dos serviços prestados por essas profissionais, permanecia voltado para as famílias operárias, em especial as mulheres e crianças, tendo como objetivo educar o proletariado a fim de organizar a classe trabalhadora, viabilizando a distribuição de bens materiais e utilizando de uma concepção de formação moral e doméstica para com elas/eles como forma de reajustamento. (Iamamoto. Carvalho, 2007).

Desta forma:

O Serviço Social se institucionaliza como profissão contratada pelo Estado, para a implantação de políticas assistencialistas e populistas, tendo sua legitimação como estratégia da nascente burguesia industrial para o apaziguamento dos conflitos provenientes da questão social até então manifesta principalmente pela ação da Igreja Católica. Podemos dizer, portanto, que sua institucionalização é uma consequência da legitimação realizada pelas classes dominantes e impulsionada pela Igreja e que sua formação profissional passa a ser responsabilidade desta, o que lhe confere um caráter conservador e humanista. (Cardoso, 2013, p. 114).

Dentre as instituições criadas na década de 1940, destaca-se a LBA, em 1942, já referida no capítulo anterior, que, foi criada por iniciativa da primeira-dama Darcy Vargas juntamente com demais senhoras da alta sociedade, as ações eram prestadas em caráter de favor e caridade para os familiares dos pracinhas, após passou a abranger demais setores da população. É necessário ressaltar o cargo consecutivo incumbido às primeiras damas para assumir a presidência da LBA, estando garantido tal papel em um decreto, reforçando novamente o papel da mulher nesse contexto, relacionada à assistência.

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2007), a LBA terá grande importância para a institucionalização do Serviço Social, “contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do número de trabalhadores sociais”.

Desta forma, pode-se identificar que “a assistência social é construída como um espaço ocupacional essencialmente feminino, absolutamente associada aos papéis conservadores de gênero cobrados da mulher, sendo, portanto, parte estruturante da divisão sexual do trabalho na sociedade” (Cisne, 2012, p.39). Para a mesma autora, “O Serviço Social, estando diretamente

enraizado com a história da assistência social e todas as configurações que a determina (inclusive a de gênero), irá constituir-se como uma profissão feminina” (Cisne, 2012, p.39).

Na década seguinte, decorrente deste movimento de institucionalização do Serviço Social no Brasil, especificamente no ano de 1957 é aprovada uma legislação específica que consiste na Lei nº 3.257 de 27 de agosto de 1957 que regulamenta a profissão e que compreende algumas definições acerca dos profissionais que podem exercer o cargo e as suas atribuições, de maneira sucinta. Neste período, a ação profissional baseava-se no fazer profissional, no “aspecto operativo” do trabalho, não visando o teórico crítico. (Cardoso, 2013).

Até a década de 1960, a profissão teve um único e hegemônico projeto profissional, denominado por Cardoso (2013) como Projeto Tradicional Conservador, o qual estava diretamente associado à manutenção da sociedade capitalista, com referenciais que não permitiam a sua crítica e, nem sequer o reconhecimento do Serviço Social como um tipo de trabalho, e, conseqüentemente dessas assistentes sociais como trabalhadoras assalariadas.

É somente em 1965 que se instaura o Movimento de Reconceituação Latino-Americano de Serviço Social, a partir da realização do I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social em Porto Alegre, considerado seu marco inicial, que “buscou trazer novas referências à profissão, reconceituando suas bases teóricas, políticas e éticas.” (Cardoso, 2013, p. 129). Este, sucedeu a aproximação do Serviço Social com as Ciências Sociais e também outras áreas do conhecimento, contribuindo para a realização de uma análise crítica da sociedade e, portanto, ao Serviço Social Tradicional.

Às/Aos profissionais assistentes sociais desse período, foram traçadas novas demandas, próprias de um projeto de desenvolvimento da América Latina que excluía os seus frutos da população como um todo, as quais precisavam de respostas e apresentavam novas áreas de atuação, tendo o Serviço Social como central na execução das políticas sociais do período. Estas modificações evidenciam uma necessidade de revisão da profissão, que ao se aproximar das Ciências Sociais, se aproxima da Teoria Social de Karl Marx, momento em que a profissão vive um “pluralismo profissional”. (Cardoso, 2013).

Esse Movimento, conforme Iamamoto (2020) é impulsionado “pela efervescência de lutas sociais na América Latina. Elas refratam na universidade, nas ciências sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, no teatro, no Cinema Novo e na arte em geral.” (p. 7). De acordo ainda com a autora, busca-se com isso, evidenciar uma profissão que vise a formação histórica da América Latina, contrariando-se a dependência dos EUA. (Iamamoto, 2020).

O Movimento de Reconceituação da profissão, inicia em consonância com a instauração do sistema ditatorial no Brasil, o que acarretou características distintas desse processo no país. O período que compreende a ditadura militar, foi marcado pela repressão, opressão e pelo controle econômico e social que deixou marcas para o Serviço Social, entretanto, e contraditoriamente, também possibilitou a intenção de ruptura com o conservadorismo conforme será apresentado a seguir.

Isso porque, no Brasil, o Movimento de Reconceituação Latino-Americano se expressa em um Momento de Renovação, que, apesar de apresentar três vertentes⁶, apenas aquela, denominada de Intenção de Ruptura, de fato, repercute num movimento de crítica em todas as dimensões da profissão: político, teórica e ética. Tal crítica só foi possível a partir da aproximação de um grupo de profissionais e estudantes com a Teoria Social Crítica (NETTO, 2015).

A vertente de intenção de ruptura só será assumida publicamente pela profissão, em meio a diversas disputas, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, considerado o “Congresso da Virada”, ocorrido no ano de 1979, realizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS, conhecido atualmente como CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, em São Paulo. Este congresso foi de suma importância para a história da profissão, pois evidenciou:

um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica. O III CBAS articula, unifica e simboliza a “virada” dos compromissos políticos do Serviço Social com as classes dominantes e o poder político que presidiram sua institucionalização e desenvolvimento no país. Os assistentes sociais, como coletividade, passam a sintonizar-se com os interesses e necessidades de trabalhadores e trabalhadoras em luta pela democracia. O “Congresso da Virada” expressa a luta pela hegemonia no universo de assistentes sociais: na sua atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimentos na área de Serviço Social. (Iamamoto, 2020, p. 5).

Este foi um momento marcante na trajetória da profissão, caracterizando-se como um processo de resistência ao sistema ditatorial, assim como serviu de base para renovação de um caráter crítico dentro da profissão. Evidenciando também nesse período, os movimentos sociais de lutas e o envolvimento dos movimentos sindicais.

Portanto, considera-se que:

A “virada” revela a sintonia de parcelas significativas do Serviço Social brasileiro com experiências de segmentos de trabalhadores e entidades combativas da sociedade civil, numa aproximação às lutas, organizações e movimentos sociais que portam a

⁶ Além da vertente de intenção de ruptura, sobre a qual se discorrerá brevemente neste capítulo, é sabido que, Netto (2005) também analisa as vertentes modernizadora e de renovação do conservadorismo.

defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas. (Iamamoto, 2020, p. 5).

A ditadura militar que já estava em processo de crise no final da década de 1970, vai cada vez mais se enfraquecendo, ao passo que as mobilizações sociais e a reorganização social da população e dos sindicatos vai se intensificando. Concomitante, na década de 1980 o projeto de ruptura ganha maior hegemonia no Serviço Social brasileiro, aprofundando e redundando em outras mudanças na profissão como um novo currículo mínimo (1982) e código de ética (1986).

Em síntese, o projeto de ruptura somente foi possível de acordo com alguns acontecimentos, como evidencia Priscila Cardoso:

Este é o contexto que possibilitou que o projeto de ruptura ganhasse as condições objetivas para se organizar: explicitação da questão social pela luta de classes, abertura democrática com o enfraquecimento do regime militar, resquícios de uma grande crise econômica (nacional e internacional) e a recente entrada do Serviço Social no meio acadêmico, aproximando-se das chamadas Ciências Sociais e da tradição marxista. (Cardoso, 2013, p. 181).

Destaca-se acerca desta década, uma intensificação da articulação política dos profissionais assistentes sociais frente à organização e criação de novas entidades representativas e o fortalecimento das entidades já existentes, possível somente através da redemocratização brasileira e do aumento de organizações dos movimentos sociais. (Cardoso, 2013).

A profissão também se insere nos processos de luta pela reforma sanitária, pela reforma psiquiátrica, na luta pela assistência social como um direito social, pelos direitos das crianças e adolescentes, entre outros, que serão inscritos na Constituição Federal de 1988⁷, a qual representou grandes avanços na afirmação dos direitos sociais para todos, com ênfase na firmamento da Assistência Social como uma política de direito e dever do Estado, impactando profundamente no Serviço social

Esse processo de luta consistiu em um importante momento para o corpo profissional do Serviço Social, em conjunto com as lutas populares e democráticas da população, que visavam um projeto mais igualitário para a profissão e para a sociedade. Com isso, na década de 1990, fruto do amadurecimento da profissão calcada na teoria social crítica, a categoria constrói seu atual Projeto Ético-Político, carinhosamente chamado de PEP.

⁷ A Constituição de 1988 foi a primeira a trazer ao ordenamento jurídico brasileiro a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres (artigo 5º, inciso I).

O Projeto Ético-Político tem previsto os seguintes compromissos:

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (Netto, 1999, p. 15-16).

Destaca-se que essa construção é consequência das discussões anteriores pela defesa intransigente de liberdade, democracia e emancipação dos indivíduos, ressaltando em especial, a luta contra opressões, discriminações e desigualdades.

O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico- concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (Teixeira, Braz, 2009, p. 11).

O PEP, portanto, consolida-se através da Lei de Regulamentação da Profissão e atualização do Código de Ética no ano de 1993, e também com a aprovação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no ano de 1996. Porém, é evidente as marcas da contradição na profissão, necessitando permanecer no seu constante fortalecimento diante das contradições que ainda perpassam a profissão e a sociedade na qual ela se inscreve.

É nesta mesma década que, conforme já exposto, é sancionada a LOAS. Conforme Cisne (2012, p.62), a sua aprovação “foi fruto de muita luta organizada, inclusive da categoria das(os) assistentes sociais representada pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (o conjunto CFESS/CRESS)”.

Essa luta seguirá sendo permanente até a promulgação da PNAS nos anos 2000, frente a um contexto atravessado pela implementação do neoliberalismo, das implantação de medidas de ajuste fiscal que retiraram recursos destinados para as políticas sociais, dentre elas, as de seguridade social, e, de governos, que, conforme Pereira (2012) não reconheceram a Assistência Social como um direito, como o governo Collor e os governos de Fernando Henrique Cardoso.

Assim sendo, mesmo com os avanços e conquistas, o capitalismo continua sendo reproduzido e o projeto neoliberal segue sem freios, mesmo com a posse de governos mais progressistas (Pereira, 2012), o que impacta diretamente na materialização e manutenção das

políticas sociais em nosso país, principalmente no que se refere à política de assistência social. Além disso, as marcas persistentes de desigualdades sexuais, também não são diferentes, pois, ainda que se tenha conquistado direitos para as mulheres, essas persistem e ainda se fazem sentir nas profissões com marcas femininas, inclusive no Serviço Social, como será refletido no item 4.2 a seguir.

4.2 NOTAS REFLEXIVAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL, A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A DESIGUALDADE SEXUAL

Para refletir acerca da desigualdade sexual em sua relação com o Serviço Social e a Assistência Social é importante retomar que esta tem suas origens no patriarcado, denotando a subjugação, dominação, subalternização e opressão sobre o feminino. Ainda conforme exposto no Capítulo 2 deste Trabalho, a construção social do sexo feminino “se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, virilidade, poder e dominação” (Cisne; Santos, 2018, p.43). É sobre essas características que buscou-se construir as reflexões aqui presentes.

Em relação ao Serviço Social, que se constitui quase que num movimento exclusivamente feminino na sua gênese (Iamamoto; Carvalho, 2007), mesmo com as transformações ocorridas na profissão e na sociedade, permanece com essa característica predominantemente na atualidade, conforme é possível observar na Tabela 1, que apresenta dados do perfil das(os) profissionais tanto no Brasil quando na particularidade do Rio Grande do Sul, com ênfase no gênero⁸ predominante da profissão:

TABELA 1 - Perfil de Assistentes Sociais no Brasil e no Rio Grande do Sul

Gênero	Perfil de Assistentes Sociais no Brasil		Perfil de Assistentes Sociais no RS	
	N	%	N	%
Feminino	41.083	92,92%	2.748	93,79%
Masculino	3.083	6,97%	178	6,07
Outros	46	0,10%	4	0,14%
Total	44.212	100%	2.930	100%

Elaborado pela autora a partir dos dados do CFESS, 2022; Reidel *et al.*, 2022.

⁸ As autoras das pesquisas abordam como gênero, porém, a concepção utilizada no presente trabalho refere-se às relações sociais de sexo, dessa forma, a análise dos dados se baseará nesta concepção a partir do feminino.

Diante do exposto no quadro, evidencia-se a prevalência massiva do sexo feminino no perfil profissional da categoria, tanto no âmbito nacional quanto na particularidade do RS. Dessa forma, é possível refletir que as marcas deixadas pelo processo histórico de construção da profissão considerada feminina também prevalecem.

Nesse sentido, o Serviço Social, é atravessado pelas relações sociais de sexo, e as(os) assistentes sociais vivenciam em seu cotidiano as consequências advindas destas marcas, conforme Iamamoto destaca:

Alguns traços, aparentemente dispersos, organizam o perfil social e histórico do/a Assistente Social. Trata-se de uma profissão atravessada por relações de gênero enquanto tem composição social predominantemente feminina, o que **afeta sua imagem na sociedade e as expectativas sociais vigentes diante da mesma**. Este recorte de gênero, explica, em parte, os **traços de subalternidade que a profissão carrega diante de outras de maior prestígio e reconhecimento social acadêmico**. (Iamamoto, 2003, p. 64, grifos nossos).

Concomitante com os dados apresentados acerca do perfil das profissionais assistentes sociais predominante feminino, atribui-se à profissão um estigma de subalterna em relação às demais profissões, carregando menos prestígio e reconhecimento social e acadêmico em relação àquelas consideradas profissões masculinas. Isso se expressa a nível salarial, considerando que recentemente foi publicada reportagem referindo que o Serviço Social está entre as profissões com menores salários entre aquelas de ensino superior (SUL 21, 2023).

Além disso, por ter historicamente a mulher sido responsabilizada pela execução do assistencialismo, tende a haver uma desqualificação da formação e do trabalho técnico realizado pelas assistentes sociais. Isso se evidencia na estigmatização do Serviço Social como uma profissão auxiliar de outras profissões, como o direito, a medicina, entre outras. Por fim, e, considerando que no patriarcado os homens decidem e dominam, essa característica também pode ser refletida no Serviço Social, como uma profissão de mulheres que executam o que outros (e neste caso, homens) pensam.

No que diz respeito à assistência social, destaca-se o papel do Estado que expressa “seu caráter contraditório”, frente ao fato de “reiterar o perfil da desigualdade no país e mantêm essa área [assistência social] de ação submersa e paliativa” (Yazbek, 2009, p. 51). Essa contraditoriedade diz respeito aos “interesses da acumulação como da busca de legitimidade” (Yazbek, 2009, p. 51), evidenciando o importante papel do Estado na manutenção das classes sociais, e na não contribuição com a emancipação dos sujeitos.

Desta forma, a assistência social é uma área complexa e contraditória, considerada “secundária no conjunto das políticas sociais brasileiras” (Yazbek, 2009, p. 63). Apresentando

assim, seu caráter subalterno em relação às demais políticas sociais, de acordo com o que evidencia Berenice Couto *et al.*:

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizadas na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como **não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas**. (COUTO, 2012, pág. 55, grifos nossos).

Isso se evidencia ao longo da exposição realizada neste trabalho. A Assistência Social historicamente teve vinculação a um perfil feminino, tanto na sua execução, quanto no perfil de suas usuárias. Além disso, se comparada com as demais políticas sociais, foi a última a ser reconhecida como um direito social, tendo sido a mais tardia em sua implementação. Ao longo de sua história, contudo, tem sido descaracterizada, responsabilizando-se por demandas ora da política de saúde, ora da política de previdência social, de habitação, entre outras, reproduzindo-se a concepção social e historicamente construída sobre o feminino, que “deve” se secundarizar frente às necessidades dos demais.

Vale ressaltar ainda a identidade de “prima pobre” da seguridade social, sendo a política que menos recebe recursos quando comparado com outras, e que tem sido profundamente precarizada nos últimos anos. Retoma-se que esta é uma política que majoritariamente atende mulheres em situação de pobreza e vítimas de diversas violências. O Estado como reprodutor dessas expressões mediadas pela desigualdade sexual, com os poucos recursos a ela destinados, contribui para que essas desigualdades se perpetuem.

Inferre-se que essas características se aprofundam, considerando a inserção de assistentes sociais na política de assistência social. De acordo com a “Pesquisa do Perfil de Assistentes Sociais no Brasil (2021), 49,79% da categoria trabalha na política de assistência social, seja na elaboração, na coordenação e na execução de programas e projetos da política.” (CFESS, 2023). Na particularidade do Rio Grande do Sul, esse dado é ainda maior, conforme é possível visualizar na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2 - Campo de atuação dos profissionais assistentes sociais no Tripé da Seguridade Social no Rio Grande do Sul

POLÍTICA	%
Assistência Social	51,23 %
Saúde	24,86 %
Previdência	3,39 %
Outro	20,52 %

Fonte: Reidel *et al.*, 2022.

Estes dados da pesquisa realizada no Rio Grande do Sul acerca do perfil, formação e trabalho de assistentes sociais (Reidel *et al.*, 2022), apresenta que a área com maior concentração de assistentes sociais compreende a política de Assistência Social, em detrimento das demais políticas de Seguridade Social, fator relacionado com a implementação desta política nos últimos anos.

Conforme apresenta Mirla Cisne e Silvana dos Santos:

essa característica de predominância feminina não é algo espontâneo, tampouco natural, mas socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho patriarcal, ao imputar às mulheres uma responsabilização sobre as expressões da questão social, assim como assegurar grande parte da reprodução da força de trabalho por meio de atividades remuneradas e não remuneradas, vinculadas ao “cuidado”, ao trabalho doméstico e às atividades extensivas ao mesmo. (2018, p. 151).

Nisto, o Serviço Social enquanto profissão inserida na Política de Assistência Social conta com características “radicalmente associado à benemerência, à caridade e a uma moral cristã patriarcal que impusera às mulheres o “papel” ou mesmo a obrigação de serem “bondosas”, “caridosas”, “acolhedoras”, “amáveis”. (Cisne;Santos, 2018, p. 152). Tais características foram reafirmadas tanto pela Igreja, quanto pelo Estado, que serviram como importantes influências tanto na gênese da profissão quanto da Política de Assistência Social, servindo para corresponder aos interesses das classes dominantes, reproduzindo e corroborando com as desigualdades sexuais.

Como já exposto ao longo deste trabalho, essa política tem sofrido historicamente com o não financiamento pelo Estado, que, por outro lado, reforça práticas vinculadas à filantropia. Ocorre que, com a falta de financiamento, as trabalhadoras dos serviços, programas e projetos vinculados à Política de Assistência Social sofrem profundamente com a precarização que leva tanto à falta de condições objetivas para realização do trabalho, quanto com a precarização cada vez maior dos vínculos de trabalho, o que incide diretamente na precarização da vida destas profissionais que já vivenciam no cotidiano de suas vidas inúmeras desigualdades e violências.

Não só as profissionais vivenciam as consequências dessas omissões do Estado, mas também as usuárias desta política, pois:

Tendo em vista as desigualdades históricas sofridas pelas mulheres, uma forte tendência neste cenário possível de se observar é que além de representarem a maior parte dos profissionais da política de assistência social, as mulheres também são predominantemente as usuárias da mesma. (Fritzen, 2015, s.p).

Neste sentido, trata-se de mulheres que atendem mulheres. Essas mulheres atendidas, com poucos recursos, tendem a ser responsabilizadas cotidianamente na sociedade pela situação de desigualdade vivenciada, pelo cuidado e organização familiar. Tal responsabilização pode ser reproduzida pelo próprio Estado, que não oferece suporte, quanto pelas profissionais executoras dos serviços, programas e projetos que acessam quando tais aspectos não perpassam a crítica e reflexão cotidianas.

Relacionado a isso, remete-se às violações sofridas por estas usuárias da Política de Assistência Social, que além das desigualdades sexuais que atravessam as expressões da questão social, enfrentam ainda preconceitos ligados com a vinculação à política. Conforme destaca Berenice Couto:

O preconceito em relação à “dependência” que o benefício assistencial cria no cidadão que a ele precisa recorrer vem acompanhado não raro da ideia associada a vagabundagem, displicência e falta de empenho. Retomam-se aqui as antigas formas de julgar os sujeitos que por suas condições não conseguem sobreviver, atomizando-os e descolando do coletivo e da análise das condições da sociedade capitalista. Não raro é possível ouvir argumentos da opção dos sujeitos pela pobreza, pela falta de condições. Recai sobre eles a culpa pela sua precária situação, da mesma forma que a sua redenção, bastando para isso esforço e dedicação. (COUTO, 2015, pág. 669).

Este preconceito também está relacionado aos processos de construção da Política de Assistência Social, considerada subalterna, que impacta fortemente na sua garantia e na maneira como são organizados os públicos prioritários para atuação da mesma, que vincula-se ao papel feminino, público prioritário das instituições do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Dito isso, evidencia-se as disparidades vivenciadas pelas mulheres nos diversos setores da sociedade, ao terem que enfrentar duplas, triplas, jornadas de trabalho, de maneira não remunerada ou mal remunerada, além da responsabilização da mulher pela família e pelo cuidado da casa, dos filhos, do companheiro, do trabalho externo, dentre outros fatores.

É nesse contexto contraditório que o Serviço Social se insere:

Na divisão social e técnica do trabalho, o assistente social vem sendo historicamente demandado para operar a assistência. Cabe a ele, ao lado de outros profissionais, implementar políticas socioassistenciais no âmbito das organizações públicas e privadas, desenvolvendo uma prática de natureza contraditória e subordinada às demandas institucionais. **Desde suas origens, o serviço social defronta-se com esta contradição que lhe é inerente e se refere à legitimidade da demanda de seus serviços profissionais: constituído e legitimado pelas instâncias mandatárias da sociedade, desenvolve sua prática através de um conjunto de ações burocráticas e pedagógicas voltadas à prestação de serviços às classes subalternas** (Raichelis, 1988). (Yazbek, 2009, p. 69).

É frente às contradições postas no trabalho das assistentes sociais, que deve-se atentar para os princípios, competências e atribuições previstas e norteadas pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da Profissão, e pelos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, as quais devem nortear o trabalho de acordo com o Projeto Ético-Político da profissão.

Assim, conforme destacam as prerrogativas dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, evidencia-se um perfil de atuação:

o perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. (CFESS, 2011, p. 18).

A constante necessidade de enfrentamento da visão conservadora tanto da profissão como da política, em relação à desigualdade sexual, é permeada por desafios, apresenta-se como necessidade constante a leitura crítica da realidade, que perpassa a constante influência das classes dominantes. Cabe aos assistentes sociais defender seus princípios enquanto categoria, cumprindo com o compromisso de viabilização do acesso da política de Assistência Social como direito, não favor, sem discriminação quanto à sexo, raça/etnia, entre outros.

Desse modo, destaca-se o papel da profissional assistente social inserida nos processos de trabalho e no atendimento direto com a população. Esta profissional deve atuar levando em consideração os aspectos teóricos metodológicos, ético-políticos e técnico operativos da profissão, a assistente social exerce uma importante função dentro das instituições e por isso, deve se orientar pelos seus princípios fundamentais dispostos no seu Código de Ética para atuação profissional.

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o 67 aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993, p. 23 e 24)

A partir da atuação profissional baseada nos princípios fundamentais que orientam a profissão, é possível desvendar a origem das demandas sociais, atravessadas pelas desigualdades sexuais, para seu enfrentamento, através da criação de estratégias que contribuam para a superação do conservadorismo e das expressões do patriarcado.

É importante lembrar, contudo, que:

A profissão de Serviço Social está em movimento, como tudo que tem e faz história. Nesse movimento — que é real e independente da vontade dos sujeitos envolvidos —, temos o desafio coletivo de empreendermos respostas às demandas que nos são solicitadas e que consideramos pertinentes, bem como também precisamos sempre apurar nosso discernimento sobre as requisições enviadas que são dirigidas à profissão. (MATOS, 2015, pág. 696).

Nesse sentido, é de suma relevância considerar que a superação do conservadorismo e das expressões do patriarcado não é uma tarefa exclusiva de assistentes sociais, mas é de toda a sociedade, seja mulheres, ou homens. No entanto, para contribuir com essas estratégias, conforme referido, depende-se de inúmeras condições, sejam sociais, de trabalho, entre outras.

Mesmo com os impasses postos, reforça-se o compromisso ético da categoria em lutar para o acesso aos direitos sociais sem discriminação, somente sendo possível através da luta antipatriarcal e anticonservadora, e, portanto, antirracista, para a partir daí, superar o sistema capitalista. Só assim, as desigualdades sexuais e étnico-raciais, reflexo desse sistema, podem ser superadas.

A construção da Assistência Social e do Serviço Social evidenciam as marcas das desigualdades sexuais, apresentando uma designação de tal política e da profissão como subalternas, expondo a influência do sistema patriarcal e conservador enraizado na sociedade, impactando na caracterização histórica do papel da mulher e da assistência social associadas ao caráter de ajuda e de caridade, o que incide na desprofissionalização e desprestígio tanto do trabalho realizado pela mulher, quanto do não reconhecimento da assistência social como um direito.

Em suma, a construção da sociedade baseada no patriarcado e sua consolidação nas relações sociais, acarretam nos impactos sofridos por tal sistema, desse modo, evidencia-se uma relação intrínseca entre a profissão e a área e atuação, atravessada pelas relações de sexo, indicando as marcas das desigualdades sexuais no cenário atual de atuação da(os) profissionais assistentes sociais na assistência social. É fundamental a luta por uma nova ordem societária, livre destes estigmas, preconceitos, dominações e explorações, realmente igualitária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O momento em que vivemos
é um momento pleno de desafios.
Mais do que nunca
é preciso ter coragem, é preciso ter
esperanças para enfrentar o presente.
É preciso resistir e sonhar.
É necessário alimentar os sonhos
e concretizá-los dia-a-dia no horizonte
de novos tempos mais humanos,
mais justos, mais solidários.
Marilda Villela Yamamoto*

Ao longo desta pesquisa, mergulhou-se no intuito de explorar e analisar a relação entre o Serviço Social, a Política de Assistência Social e a desigualdade sexual. Esse processo investigativo proporcionou a aproximação de alguns aspectos que envolvem o tema, revelando as complexidades que atravessam a realidade social.

Os resultados obtidos durante esta jornada de pesquisa, evidenciam a estigmatização do papel feminino e esta relação com os processos históricos de construção das sociedades, da profissão e da área de atuação, perpassando com ênfase no presente tema, mas destacando que não é um processo inerente somente ao Serviço Social e à Política de Assistência Social, pois atravessa a realidade social como um todo.

No primeiro capítulo, apresentou-se a conceituação do termo patriarcado e sua explicação histórica, explicitando que o termo patriarcado refere-se ao “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. (Saffioti, 2015, p. 47), que pode ser compreendido em outras palavras como, o poder do homem em detrimento das mulheres que são dominadas e subalternizadas por eles.

Identificou-se a partir do exposto por Cisne e Santos, que “o patriarcado não surgiu espontaneamente no mundo das ideias ou da cultural, mas possui uma base material e sócio-histórica” (2018, p. 45), isso quer dizer que, esse sistema de dominação do homem sobre a mulher não é resultante de um processo natural, mas sim de uma construção socialmente determinada a partir das relações concretas.

Aproximou-se o conceito da particularidade brasileira, frente aos processos que se desenvolveram em solo local, relacionando com os traços históricos da colonização do Brasil, período este que influenciou fortemente as relações sociais, com destaque à relação intrínseca entre o escravismo e o patriarcado. Esta cultura brasileira que se moldou, foi forjada nos ideais

conservadores, patriarcais e racistas, deixando profundas marcas frente à desigualdade sexual e étnico-racial evidenciadas na atualidade, mascarando estes sistemas de dominação e exploração em nome de uma tradição/ideologia.

Neste sentido, identificou-se que as mulheres, sobretudo indígenas e negras sofreram ainda mais nesse processo de transição para o capitalismo, pois ficaram relegadas às condições mais precarizadas de vida e sem acesso a direitos, sofrendo com múltiplas expressões de violações e violências.

A partir disso, no segundo momento, evidenciou-se os aspectos de construção da Política de Assistência Social, iniciada na conjuntura da expansão dos centros urbanos e aumento da classe operária, que acarretou na intensificação das desigualdades e da pobreza, trazendo à tona uma demanda de sua resolução pelo Estado. Porém, por meio da intensificação das ações filantrópicas de caráter benevolentes que tinham importante papel neste período, o Estado procurou eximir-se das suas responsabilidades, o que intensificou mais ainda o papel da igreja. Somente na década de 1940 é criada a LBA que irá organizar essas ações dispersas, mas que continuará reproduzindo a assistência social como benemerência e caridade, e não em uma perspectiva de direito.

Destaca-se o papel feminino relacionado à construção da assistência social, e como essa vinculação refletiu na maneira como a política foi sendo desenvolvida ao longo dos anos, pois estava relacionado ao papel da mulher o cuidado e a responsabilização para com os considerados problemas sociais da época.

É possível ver nos dias atuais ainda a culpabilização da mulher para com o cuidado da família, da casa, dos filhos, marcas deixadas por estes processos que atravessaram a realidade e deixam suas raízes conservadoras na história. Evidenciou-se também a assistência social ser o principal campo de atuação das(os) profissionais assistentes sociais, e a partir dessa evidência, constatou-se que imbricado à estes processos de construção da assistência social, encontra-se o Serviço Social, interligado com ações advindas da Igreja Católica, o que marcou profundamente a profissão, pois tal construção está intrinsecamente interligada com a assistência social.

Neste processo, evidenciou-se a construção frente ao papel da mulher nessa conjuntura, de responsabilização pelas demandas sociais e destinadas à atuarem nestas áreas. Neste sentido, eram criadas ações destinadas às mulheres, que tinham características e qualidades tidas como femininas para intervirem na realidade visando o interesse das classes dominantes e garantia do sistema capitalista. Este modelo de atuação feminina marcada pelo ajustamento dos menos

favorecidos, foi determinante para a construção de uma luta contra estes princípios conservadores, movimento que denominou-se Intenção de Ruptura.

Neste sentido, a profissão buscou por meio da renovação romper os métodos tradicionais de ajuda e assistencialismo, e esse movimento vivenciou um amadurecimento e passou a ser denominado Projeto Ético-Político, também proporcionou importantes marcas através da aproximação com a teoria social de Marx.

Por fim, após estes resgates históricos, evidenciou-se como resultado da investigação a relação entre o Serviço Social, a Política de Assistência Social e a desigualdade sexual, atravessada pelas relações de sexo, apresentando um perfil prioritário de profissionais assistentes sociais atuantes, como das usuárias da Política de Assistência Social: o sexo feminino, marcado pelas construções históricas, conservadoras, patriarcais e racistas da realidade brasileira apresentadas, inseridas numa sociedade que visa garantir os meios necessários para reprodução do modo de produção capitalista.

Evidenciou-se também os impactos da atuação das(os) profissionais assistentes sociais, que são atravessadas pelo estigma de uma profissão feminilizada, devido às marcas históricas do trabalho gratuito e assistencialista, remetidos à uma desqualificação destas profissionais por estes viés, também com menos prestígio que em relação às demais profissões, e considerando também o recebimento de salários baixíssimos. Destacando a relação de serem atuantes em destaque na assistência social, esta também permeada por demandas contornadas pelas relações de sexo, que conta em seus resgates históricos marcas femininas na sua construção.

Conforme evidencia Iamamoto (2005, p. 104) sobre o Serviço Social: “uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres.”, isso denuncia uma relação intrínseca que precisa ser analisada frente ao papel que a mulher ocupa nos processos de trabalho. Neste sentido, no âmbito da assistência social, também considerada uma política subalterna em relação às demais, as assistentes sociais nela inseridas, acabam vivenciando de forma mais intensificada essas expressões de desigualdades, pois acabam se deparando com condições muito precárias de trabalho, decorrentes do desprestígio e desfinanciamento tanto da profissão quanto da política pública, enfrentando, portanto, jornadas de trabalho mais intensas.

Frente ao trabalho apresentado, portanto, foi possível evidenciar que o patriarcado se expressa na atualidade, por meio dos altos índices de violência contra a mulher, da diferença salarial, da sobrecarga de trabalho que perpassa a vida da mulher, além das expressões cotidianas de violação dos direitos da mulher, além de subalternizar políticas públicas, como o caso da assistência social estigmatizada como uma “política de mulheres para mulheres”. Tais

evidências devem ser problematizadas para que tal sistema não seja naturalizado, que seja assimilado que sua construção foi estruturada socialmente e que em algum período da história tal sistema não existiu, e, que, portanto, pode ser superado.

Por fim, é preciso ressaltar que o presente tema é complexo e extenso e, deste modo, objetivou-se aqui trazer alguns elementos considerados importantes para a análise, porém destacando a necessidade constante de que esta reflexão seja continuada pelas mulheres, para que a luta pelo fim das desigualdades sexuais seja possível de ser alcançada.

Em síntese, este TCC representa não apenas o encerramento de um ciclo acadêmico, mas também o início de uma nova fase de questionamentos e descobertas. Ao refletir sobre este trabalho, espera-se que ele inspire não apenas novas pesquisas, mas também a aplicação prática do conhecimento adquirido a partir dele. Afinal, “somos uma profissão de mulheres que atende mulheres”, e precisamos não só lutar por uma sociedade mais justa, sem opressão e dominação, mas também lutarmos, para que o que acreditamos se concretize em nossa práxis profissional!

Do modo que inicio o presente trabalho com as palavras de Simone de Beauvoir, finalizo com as palavras da consagrada Yamamoto, “*é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar.*”. Isto, pois, é necessário esperar para que consigamos lutar para que não sejamos escravas do nosso passado nem do nosso corpo, e assim, lutarmos pela liberdade e para enfrentarmos o presente e o futuro.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. 1996.

A cada quatro horas, ao menos uma mulher é vítima de violência. **Rede de Observatórios da Segurança**. 2023. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/violencia-mulher-feminicidio/> . Acesso em: 19 nov. 2023.

ANDRADE, Letícia Ésther de. **A consolidação do patriarcado no Brasil: a origem das desigualdades entre homens e mulheres**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 11, Vol. 07, pp. 25-39. 2021.

BARRETO, M. do P. S. L. **PATRIARCALISMO E O FEMINISMO: uma retrospectiva histórica**. Revista Ártemis, [S. l.], n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2363>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Lei nº 8.742**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Boletim Mulheres no SUAS**. Brasília: MDS, 2018, v. 5. (Boletins Vigilância Socioassistencial). Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/?p=3016>

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Editora Papel Social; 1ª edição, 2013.

CISNE, Mirla. **A “FEMINIZAÇÃO” DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: apontamentos históricos para uma análise de gênero**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas, UFMA. São Luís – MA. 2007.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. Outras Expressões. 1 ed. São Paulo. 2012.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/A Assistente Social**, 10º ed, Brasília, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Nota pública do CFESS contra a fragmentação da política de assistência social**. Brasília - DF, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2036#:~:text=O%20Conselho%20Federal%20de%20Servi%C3%A7o,sujeitos%20pol%C3%ADticos%2C%20para%20tamb%C3%A9m%20dizer>. Acesso em: 11 novem. 2023.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 38 p., 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília -DF, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS- BRASIL). RESOLUÇÃO Nº 17, DE 20 DE JUNHO DE 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **Assistência social: direito social ou bem-estar?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, out./dez. 2015.

COUTO, Berenice Rojas *et al.* **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed ver e atual, Cortez. São Paulo, 2012.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.31-50.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**: texto integral. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FRITZEN, Juliana Pires. **A Feminização da Assistência Social: Discutindo gênero e sua interface com a Proteção Social**. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, UFSC. Santa Catarina, 2015.

Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social. IN: LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. **Trabalho, questão social e serviço social: a autografia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 37- p. 60.

GODOY, Arilda Schmidt. **INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

GOMES, Luís. **Pesquisa aponta Serviço Social entre menores salários do ensino superior e impulsiona luta por piso**. SUL21, 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2023/11/pesquisa-aponta-servico-social-entre-menores-salarios-do-ensino-superior-e-impulsiona-luta-por-piso/>. Acesso em: 19 de nov. de 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed, São Paulo, Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 20. ed. Cortez, São Paulo, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.1, p. 1-20, jan. / jun. 2020.

KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2015, v. 00, n. 124. Disponível em: . Acesso em: 12 Agosto 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 44, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** São Paulo: Cortez. 6. ed. 2000.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, Brasília, p.1-22, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social - uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 9. ed. Cortez, São Paulo. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil.** v. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PRUDÊNCIO, Weslany Thaise Lins; ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. **A ATUAL FACE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE AO (DES)FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.** Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2021.

REIDEL, Tatiana *et al.* **Perfil, formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul.** EDUA. Alexa Cultural. São Paulo, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **GÊNERO PATRIARCADO VIOLÊNCIA.** 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Marta Barbosa. **Assistência social e seus usuários: entre rebeldia e o conformismo.** São Paulo, Cortez, 2014.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Marília de Oliveira de; SIRELLI, Paula Martins. **Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher.** Sev. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 326-327, maio/ago. 2018.

SOUSA, Angélica Silva de *et al.* **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Cadernos da Fucamp, Uberlândia. v.20, n.43, p.64-83, 2021.

SOUZA, Cristiane Gonçalves de. **Sistema Único de Assistência Social: a proteção e o atendimento à família.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo, conservadorismo e Serviço Social.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 373-391, jul/dez 2020.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do serviço social**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023

TELES, H.; ANDRIGHETTI, I. R.. CORRÊA, L. D. . **O RETRATO DE UM BRASIL-QUE-PASSA-FOME: a fome como expressão do subdesenvolvimento**. Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 147–164, 2022. DOI: 10.18764/2178-2865.v26n1p147-164. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19613>. Acesso em: 19 out. 2023.

YANNOULAS, Silvia. **FEMINIZAÇÃO OU FEMINILIZAÇÃO? APONTAMENTOS EM TORNO DE UMA CATEGORIA**. Temporalis, n.22, p.271-292, Brasília (DF) jul./dez, 2011

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho**. Temporalis, n. 42, p. 16-30. Brasília (DF), jul/dez, 2021.